

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - Medicamentos		
EVENTO: Reunião ordinária	Nº: 0156/00	DATA: 21/03/00
INÍCIO: 14h37	TÉRMINO: 17h27min	DURAÇÃO: 2h48min
PÁGINAS: 69		QUARTOS: 35
REVISORES: CLÁUDIA LUÍZA, DÉBORA, MADALENA		
CONCATENAÇÃO: NEUSINHA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Anúncio de recebimento de expedientes. Discussão sobre o cronograma de trabalho da Comissão. Divulgação do trabalho da CPI pela TV Câmara.

OBSERVAÇÕES
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Há intervenções inaudíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há oradores não identificados. Há palavras ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número legal, nós vamos começar a presente reunião, tendo presente a informação de que o Deputado Alceu Collares, autor desse requerimento, já está se dirigindo para esta Comissão. Foram distribuídas cópias da ata da 13º, 17º reunião. Indago dos presentes sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dispensada a leitura. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)* Aprovada. Vou ler os expedientes que nós recebemos. Ofício 90, do Diretor do Conselho Federal de Farmácia, comunicando que aquele Conselho aprovou, acatando recomendação do Deputado Ney Lopes, os termos de minuta de portaria para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária possa regulamentar a entrega de medicamentos a domicílio. Carta 137, da ABIFARMA, solicitando o agendamento de data para a entrega de pré-projeto de assistência farmacêutica ao aposentado, conforme promessa feita em depoimento de 3/2. Defesa feita pela Panarello em processos fiscais, que correm na Justiça contra aquela empresa. Documento entregue na audiência pública realizada em 15/03. Ofício 13-SIE/DCOIE/DPF, informando que o processo que investiga a possível prática de cartelização foi retornado sobre o número 003/2000 desse DCOIE/DPF, e encontra-se na fase de intimação dos responsáveis pelos laboratórios. Encaminha cópia do processo desde a página 353 até a 480, para conhecimento de providências que estão sendo adotadas. Ofício 678, do Banco Central, indicando o servidor Luiz Gustavo Dutra Borges de C. Amorim para substituir a Sra. Thelma Lúcia Pacheco, como Assessora desta CPI. Ofício 20, da Câmara Municipal de Guamiranga, Estado do Paraná, comunicando a eleição da nova Mesa Diretora daquela Câmara. Requerimento do Deputado Arlindo Chinaglia, propondo a convocação, como testemunha, do Sr. Jorge Pagura. Requerimento do Deputado Arlindo Chinaglia, propondo a convocação, como testemunha, do Sr. Antônio Vicente Zambom Delamanha. Requerimento da Deputada Almerinda Carvalho, propondo a criação de Subcomissão para apurar o desvio de medicamentos no Município de Teresópolis, RJ, conforme notícia publicada no jornal **O Dia**, de 16 do 03. Ofício 278 - Destinado ao Presidente Michel Temer, que solicita seja submetido à deliberação do Plenário a prorrogação do prazo de funcionamento desta CPI, por mais sessenta dias. É uma beleza ter que estar lendo isso quando a Comissão já está prorrogada.

Vai por conta da Secretaria. Termo de declarações da Sra. Nicéa Camargo do Nascimento, proveniente do Ministério Público do Estado de São Paulo, Procuradoria Geral de Justiça, entregue à Subcomissão, quando de sua estada em São Paulo. Sobre esse assunto certamente o Sr. Relator falará daqui à pouco. Ofício nº 18/P3, proveniente da Polícia Militar do Paraná — Batalhão de Polícia Rodoviária —, informando não ter havido ocorrência de assalto ou roubo de medicamentos, e que, quanto à fiscalização de cargas, é competência da Receita Estadual. Carta da Distribuidora Reydrogas Comercial Ltda., que encaminha planilhas de custo e notas fiscais, perfazendo um total de 918 folhas. Exposição feita pelo Sr. George Alleyne, em sua audiência Pública. Isso já foi entregue para os Srs. Deputados. Autos de infração em estradas estaduais e federais, entregues pelo Sr. Paulo Panarello Neto, na reunião de 15.03. Documento da DM — Indústria Farmacêutica Ltda., com informações solicitadas por esta Comissão à Empresa Dorsay Indústria Farmacêutica, antiga detentora de produtos relacionados, perfazendo um total de 436 folhas. Carta procedente da Schering, de 20.03, que envia planilha de custo do medicamento GYNERA, na apresentação mas vendida, em reais e em percentagem para o período de agosto de 94/dezembro/99. Carta procedente da Intermed Farmacêutica Nordeste, de 14/03, encaminhando planilha com dados sobre a comercialização com o Laboratório Teuto Brasileiro, nos anos de 1996 até 1999. Carta procedente da ABRAFARMA, de 17/03, que encaminha relação dos seus associados. Ofício 72/00, do Ministério da Saúde, que informa as diretrizes relativas à promoção do uso racional e o acesso da população aos produtos considerados essenciais, com estimativas de recursos por programas. Carta do Sr. Ricardo. (*Pausa.*) Mas esse é da Secretaria de Investimentos. Carta do Sr. Ricardo Isidoro da Silva, encaminhando tese de doutorado intitulada "Indústria farmacêutica brasileira: estrutura e a questão dos e transferência". Esse documento se encontra também à disposição dos Srs. Deputados, mas devido ao grande número de folhas o Deputado que tiver interesse peça, por gentileza. Ofício nº 1.137, de 13 de março de 2000, da Secretaria de Direito Econômico informando que foi publicado no Diário Oficial da União, em 13/03, a instauração de processo administrativo contra a empresa, o **United Medical**, com o intuito de apurar conduta infringente da ordem econômica. Carta da Farmasa, Laboratório Americano em Farmacoterapia S/A, que encaminha planilhas de custos dos dez produtos mais vendidos no período de julho de 94. Ofício do

PROCON/Ministério Público de Minas Gerais, encaminhando cópias de portarias de instaurações de processos administrativos contra fabricantes de medicamentos para apuração de infrações contra o Código de Defesa do Consumidor. Carta de 13/03, representante da Organização Mundial da Saúde confirmando a visita a Brasília da Dra. Gro Harlem Brundtland, Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde, a qual estaria disponível para fazer apresentação na CPI, no próximo dia 4 de abril. Eu realmente estou marcando essa visita da Sra. Gro Harlem, que foi parece que Ministra de um país, Noruega ou Bélgica, e que ela hoje é Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde. Estou marcando para 4 de abril. Requerimento da Sra. Deputada Vanessa Grazziotin, encaminhando denúncia e amostra do medicamento Minidiab, do laboratório Monsanto, ao Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cópia desses documentos estão sendo distribuídas, exceto os documentos da Reydrogas, da Dorsay e da Farmasa, devido ao grande volume de documentos, estando pois todos eles disponíveis aos Srs. Deputados. Documentos sigilosos. Ofício 402, do Banco Central, que encaminha documentação recebida do UNIBANCO — União de Bancos Brasileiros S/A. Ofício 408 do Banco Central do Brasil, que encaminha documentação recebida do Banco BRADESCO S.A., composta de cinco caixas de documentos. Ofício 403 do Banco Central do Brasil, que encaminha documentos do UNIBANCO — União de Bancos Brasileiros S/A. Eu peço à Secretaria que me encaminhe mais os outros documento do Banco Central que não estão relacionados aqui. Que se tome as providências e que faça chegar à Mesa logo mais. Queria dar conhecimento aos Srs. Deputados que hoje pela manhã eu recebi a visita que havia sido solicitada pra marcar audiência do Sr. José Eduardo Bandeira de Mello, Presidente Executivo da ABIFARMA. Como não pôde estar presente o Relator, eu convidei o Deputado Caropreso e dois assessores da Câmara para estarem presentes. Na oportunidade eles entregaram esse documento que eu estou entregando cópia aos Srs. Deputados e que, aliás, havia sido documento prometido a esta CPI quando da sua exposição aqui, não sei se em janeiro ou fevereiro. Nós vamos ter uma reunião amanhã para ouvir o Sr. Aluizio Rodrigues, gerente do laboratório Bristol-Meyeres Squibb, também o Dr. Antonio Carlos Sales, gerente de assuntos corporativos do mesmo laboratório e do Sr. Antônio Francisco Ianni, gerente nacional de vendas da Glaxo Wellcome. E vamos dar prosseguimento ouvindo duas distribuidoras que já haviam sido convocadas, a

Farmed, o seu sócio-gerente, Nicolau Cury, e o Sr. Gilberto Maia Filho, Presidente da Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz. E na quinta-feira, nós vamos ouvir — o negócio aqui é meio em prestação — o Sr. Ronaldo Gazolla, Secretário Municipal do Rio de Janeiro, e os Srs. Fernando de Castro, Presidente da Biolab Sanus Farmacêutica; Srs. Marcelo Henrique Limírio Gonçalves, Presidente da Neoquímica; o Sr. Valteci de Mello, Presidente do Laboratório Teuto Brasileiro, e o Sr. Marcelo Cerginner, Presidente da Barrier Comércio e Serviço. Além do Sr. Gilberto Pereira, Presidente da Medita Representações. Não estando presente o Deputado Alceu Collares... Eu queria saber quem é que me informou que ele já estava vindo. Eu queria submeter aos Srs. Deputados dois assuntos. O primeiro deles diz respeito ao seguinte... Eu tenho sido muito tolerante nas reuniões, nos debates com os Srs. Deputados. Não quero entrar no mérito das intervenções dos Srs. Deputados. Mas eu não tenho conseguido reduzir as intervenções pro tempo normal. Eu adotei um critério de liberdade e tal, até doze minutos, e tem Deputados que muitas vezes vão aos vinte e quatro. Resumo da história, não está passando mais a Câmara, não está passando mais na **TV Câmara** os depoimentos da CPI. Então, eu tenho ponderado aos Deputados, tenho apertado essa campainha, tenho feito sinal e tudo mais. Ou pra que os trabalhos da Comissão sejam mais sintetizados e nós tenhamos uma divulgação total, ou, então, eu vou deixar conversando e vai acontecer o que está acontecendo. Eu fui comunicado oficialmente que têm comissões demorando nove, dez horas pra assuntos que, com toda honestidade, nós poderíamos sintetizar mais. Muitas vezes há um monte de perguntas repetitivas e tudo mais.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu queria colocar aos Srs. Deputados esse assunto. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Olha, eu ia sugerir que V.Exa. fizesse uma... um apelo à **TV Câmara** que editasse então, fizesse a edição das sessões, mas não privasse o telespectador do acompanhamento das reuniões da CPI. Porque, se elas são longas, é comum que ele edite e transforme em três horas, em quatro horas. Isso é muito comum em televisão. Não precisa ser na íntegra, né? Porque isso muita gente acompanha. Eu recebo muito **e-mail** de pessoas dizendo que ouviram debate, que ouviram isso, que concordam, que não concordam... Sendo longo, eu concordo com o apelo de V.Exa. pra que a pessoa aqui, os

colegas, inclusive o Relator, sejamos todos mais objetivos nas perguntas. Porém, se isso não for conseguido, eu acho que pode ser feito um apelo à **TV Câmara** para que as sessões sejam editadas. Ou seja, tem quatro horas, faça, então, um pacote televisivo de quatro horas, mas não prive o tele... V.Exa. poderia fazer esse apelo caso concorde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas não é esta questão, nobre Relator, com a devida vênia. Se nós podemos ficar nos nossos horários e todo mundo ser lançado, agora, por que que eu vou transferir pra um funcionário da Câmara a edição de ele cortar um Deputado ou não? Aí, o Deputado vai dizer por que que eu não apareci. Não apareceu porque outro Deputado ocupou o seu tempo, porque outro Deputado ocupou o seu tempo. Se querem que se faça isso...É uma questão que eu estou consultando a Comissão, entendeu? Não é? Então, se nós nos mantivermos... e eventualmente a gente se mantiver no tempo, então, é claro que eles vão editar alguma coisa sempre, Deputado Relator. Mas o problema é que quando se edita, nós ficamos dependendo de um critério subjetivo. Não é? E, aí, eu não gostaria de ser cortado, nem V.Exa., me entendeu? Então, eu acho que se a gente pudesse, se os Deputados me derem o direito de eu cortar a palavra no tempo regulamentar, aí nós podemos manter as reuniões num certo nível.

Porque eu também fico constrangido nessa tolerância que vai se aumentando, né? Que vai se aumentando, e nesse caso com prejuízo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Arlindo Chinaglia pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Ah, desculpe.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, veja, eu creio que o mesmo tempo pra todos os Deputados, há uma imposição da mesma representação... cada um tem. E, portanto, eu creio que V.Exa. tem autoridade para, no prazo que for definido, nos interromper. Então, o que talvez pudesse ser feito são alertas..., que particularmente da minha — eu vou dizer da minha parte... Muitas vezes eu percebo, o senhor sinaliza no relógio...Com ou não sucesso, eu tenho tentado cumprir, o.k.? Então,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Na maioria das vezes com sucesso, diga-se de passagem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois bem, eu agradeço o apoio generalizado. Mas eu creio que isso ocorre também com os demais Parlamentares. Aqueles, entre os quais eu não me incluiria, que têm uma dificuldade maior de parar a velocidade do carro, V.Exa. poderia, digamos, adotar um critério de avisar um pouco antes e com esse pacto...Porque eu acho que o melhor de marcar o tempo é que todo mundo tem o mesmo direito. E, por consequência, a atividade aí da **TV Câmara** poderá ser acordada da maneira que for mais adequada. E, evidentemente, eu acho que ela tem um bom ibope. A **TV Câmara** não perde nada em divulgar alguns Deputados aqui inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero cerrar fileiras com a proposta do Deputado Ney Lopes. Eu acho que este argumento de que a Comissão se estende e a **TV Câmara** não pode apresentar..., nós conhecemos técnicas de edição sem prejuízo da qualidade, que é perfeitamente possível de passar o conteúdo. Eu mesmo, que não tenho costume de ver televisão, nesta semana passada vi a reprise de uma audiência aqui e considerei fundamental que tivesse sendo transmitida. Mas, mais do que isso, eu temo que essa discussão sobre tempo, se tem que ficar absolutamente restrito ao tempo, acabe em detrimento da qualidade das audiências. Eu quero fazer uma proposta aqui um pouco, um pouco diferente. Eu sou autor de um requerimento de convocação de representantes dos presidentes dos vinte e um laboratórios que nós quebramos sigilo bancário. Eu quero dizer que eu sou a favor de suspender as audiências públicas, da forma como nós vínhamos fazendo... Eu sou a favor, Sr. Presidente. Quero propor aqui oficialmente que nós passemos, a partir de agora, a discutir exatamente quais são as... as...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero só encerrar esse assunto. Então, ...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas eu quero fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não. Está em discussão esse assunto, entendeu?

(Não identificado) - Mas eu estou inscrito pra esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Fernando Zuppo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sim, mas eu não posso fazer, Sr. Presidente, a proposta que eu quero fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero fazer a proposta, Sr. Presidente, que até para resolver esta questão, que no global, que nós possamos selecionar quais são de fato as audiências que a Comissão considera fundamental. Porque eu acho que nós temos agora que nos debruçar sobre o material que está chegando. Nós temos que analisar os papéis, porque senão a Comissão não vai cumprir o papel que eu entendo que ela deve cumprir. Então, eu quero propor a restrição no número de audiências públicas e que nós selecionemos quais as que nós vamos fazer. Inclusive que passemos a fazer uma por semana, não mais do que isso. E nos permitir, aqueles Deputados que forem sub-relatores e que desejarem, a análise do material que já está na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra Deputado Zuppo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Só os tópicos. Eu acho que nós deveríamos analisar a reinscrição para debates. Sendo que na reinscrição ficaria fora da televisão, digamos assim, não é? Se você..., se você com doze minutos você não conseguiu esgotar sua pauta, você tem o direito de se reinscrever, ir lá pro fim da fila e voltar a perguntar por mais doze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Acho que isso não atrapalha a parte..., a televisão e não ...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E a segunda eu estou de acordo com o Magela também, com o Deputado Geraldo Magela e com o Arlindo. Acho que nós temos que fazer um corte nessas audiências e temos que partir pra investigações, sair de Brasília. Todas as vezes que nós saímos trouxemos resultados positivos. Acho que nós devíamos partir pra isso e cortar essas audiências aqui, a não ser aquelas indispensáveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputada Vanessa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Também rapidamente, Sr. Presidente. Primeiro, eu gostaria de fazer o registro aqui como V.Exa. tem sido

complacente com todos nós durante as audiências. Dou aqui o meu testemunho, Sr. Presidente, que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. não é mais insistente, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, mas acredito que não sou eu. O problema aqui é generalizado. Acho que não há outra saída a não ser que V.Exa. cumpra restritamente o tempo que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É isso que eu vou fazer mesmo, que é regimental e tudo mais...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Cumprir, é perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem gente criando um outro Regimento aí. Eu vou cumprir o Regimento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E aí a necessidade da reinscrição ou não vai depender muito da condição dos trabalhos. Acho que se houver tempo não há problema porque o Deputado (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria que me entendesse. Quando submeti esse problema eu estava querendo coletivamente que nós fizéssemos uma reflexão pra todo mundo obedecer o Regimento. Tem a palavra o Deputado B.Sá, depois o Deputado...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, Sr. Presidente, eu não concluí ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, perdão, desculpe.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Rapidamente. Então, acho que sobre as audiências é isso. V.Exa. tem plena razão e conta com o nosso apoio, Sr. Presidente, com o meu pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em relação às audiências públicas. Quero dizer que nós não podemos fazer um corte raso nas audiências. O que nós precisamos fazer também coletivamente é separar — e o Magela já propôs isso —, separar quais as audiências que têm importância até pro nosso trabalho de investigação, porque não tenho dúvida nenhuma que várias audiências tiveram papel importantíssimo pra que a gente pudesse analisar documentos e pra que possamos continuar nessa análise. Então, acho que fazer um levantamento aqui pela Secretaria de quem ainda está convocado já com requerimentos aprovados e

quem deveremos ouvir e quem poderia esperar por mais tempo. Era isso. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Mosconi, V.Exa. imediatamente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E eu, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar o que foi dito aqui pela Deputada Vanessa, seguir o Regimento. V.Exa. tem sido muita flexível, e nós compreendemos e aplaudimos a sua atitude, mas como o número de inscritos para essas audiências é um número muito grande e temos que ficar horas e horas aqui, acho que se V.Exa. se restringir ao Regimento todo mundo fica de acordo. Então, eu apóio V.Exa. nessa questão de manter o Regimento. Me parece correta a atitude. E a questão da audiência pública também, Sr. Presidente. Acho que chegou o momento agora da gente fazer uma avaliação. Tenho a impressão que de repente essa fase agora já não se presta tanto para as audiências públicas como aconteceu nessa primeira fase. Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu, desculpa a posição meia radical em relação a todos os comentários anteriores. Acho que V.Exa. tem que protestar à Presidência da Casa com essa atitude discriminatória da **TV Câmara**, porque é normal a **TV Câmara** estar passando desenho, filme, enchendo lingüiça no seu horário. Então, isso não é desculpa. Acho que tem que ter um protesto e eu falo isso à vontade, porque pra mim tendo **TV Câmara** ou não tendo **TV Câmara** é indiferente. Nós temos que trabalhar independentemente de **TV Câmara**, temos que trabalhar. Mas o senhor tem que fazer um protesto e não compor coisa nenhuma, porque é só alguém ter o cuidado de ficar com o controle remoto pegando outros horários da **TV Câmara** estão passando desenho animado, estão passando filme, estão passando coisa que não tem nada a ver com os trabalhos da Câmara. Então, não tem que compor nada, não. Tem que protestar e acabou. E uma outra coisa dentro da linha do Deputado Geraldo Magela. Eu também acho que nós temos que diminuir as audiências. Só que tem um detalhe. Nós temos que tomar a decisão antes de iniciar o depoimento dos laboratórios, porque nós vamos convocar três pra amanhã e de repente deixamos de convocar os outros, vai parecer que estamos privilegiando um ou outro. Ou vamos ouvir todo

mundo ou não vamos ouvir ninguém, ou vamos retardar as audiências deles, porque, ouvindo três da manhã, não tem depois como diminuir as audiências, apesar de eu concordar com a proposta do Deputado Geraldo Magela. Acho que nós temos que parar com as audiências e começar a trabalhar nos documentos que já chegaram a esta Casa. E se essa decisão do Magela for prevalecente, ela tem que ser decidida hoje, porque aí os três que estão convocados vão ter que ser dispensados, porque convoca, vêm os três amanhã, aí decide-se que os outros não virão. Qual foi o critério que tomamos? Por que ouvimos o laboratório "a", "b", "c" e deixamos os demais? Então, vamos suspender todos. Tem três para amanhã, que eu já vi a convocação de amanhã. Ou então os três de amanhã são dispensados, certo, dos vinte e um, ou então vamos ouvir todos os vinte e um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós vamos decidir isso depois, Deputado. Eu quero encerrar ...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, Sr. Presidente, eu só ... Eu não quero ficar no ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós vamos decidir isso imediatamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não quero ficar no ping-pong.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Veja, o problema é o seguinte, Srs. Deputados, eu pediria ao Deputado Arnaldo e a todos..., o que eu coloquei agora foi o problema da **TV Câmara**. Então, eu quero encerrar este assunto. E depois essa reunião foi convocada de acordo com o requerimento do Deputado Alceu pra gente discutir o programa e tal, aonde se inclui tudo isso, entendeu?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Especificamente em relação à **TV Câmara**, eu gostaria que V.Exa. fizesse um protesto ao Presidente da Casa dizendo que vários horários da **TV Câmara** estão sendo preenchidos com matérias não relativas à Câmara dos Deputados e que não é desculpa o que estão falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Tem a palavra o Deputado Robson Tuma e logo depois V.Exa., Deputado Linhares, com quem eu encerro este assunto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu teria outros assuntos, mas vai ficar para posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas é só esse assunto agora.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sobre a **TV Câmara**, Sr. Presidente, é correta essa afirmação da **TV Câmara**, e nem eu acredito que V.Exa. tenha que diminuir o tempo das perguntas, mesmo porque aqui ninguém fica fazendo pergunta pra chegar a lugar nenhum. As interpelações que fazemos, que inclusive o próprio Relator faz, que acaba demorando um tempo maior dos Parlamentares, são pra gente chegar à verdade do que realmente está acontecendo. E nós não podemos, através de uma pressão da **TV Câmara**, pegar e fazer qualquer tipo de diminuição. Só pra que eu conclua, mesmo porque na CPI do Narcotráfico, Sr. Presidente, muitas vezes nós, que somos sub-relatores das áreas, às vezes ficamos até uma hora interpelando e em momento nenhum a **TV Câmara** deixou de produzir as suas matérias em relação à CPI do Narcotráfico. Então, eu também sou a favor da posição dos outros Parlamentares, como o Deputado Arnaldo, que tem que fazer uma colocação, um protesto ao Presidente da Câmara. E que se a **TV Câmara** não tem o interesse público de transmitir, que não venha aqui, mas que não exija atrapalhar os nossos trabalhos a fim de que...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Posso terminar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode, pode terminar, pode terminar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas esse assunto está indo para um rumo que não é o rumo da ...entendeu? Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Não é sobre a **TV Câmara**?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu quero dar o meu manifesto político.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Tem V.Exa....

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode, sim, pode.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Muito obrigado, porque o senhor apertou a campainha. Então, deve ter sido a cadeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, é que eu... Não foi a cadeira, não, fui eu. É que eu estou pedindo para os Deputados fazer uma síntese disso, Deputado. Estava pedindo pra V.Exa. cooperar comigo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu tô controlando o tempo, Sr. Presidente. Não tinha dado nem um minuto e nós estamos perdendo o dobro do que eu usaria pra terminar se V.Exa. não tivesse sido tão radical, pra variar, quando eu pego o microfone. Mas pra concluir, então, Sr. Presidente, fica o meu repúdio inclusive de ter que discutir esse assunto, porque eu acho que esse assunto não tinha nem que sequer ser discutido. Porque nós não tínhamos aqui que ficar perdendo tempo com um órgão que é auxiliar da Câmara e não mandatário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Linhares, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, eu sou de acordo com a maioria. Eu acho que o direito de um é o direito do outro aqui. E que muitas vezes a interpelação do colega, ou porque o seu estilo é mesmo prolixo ou porque ele não sabe fazer a síntese, muitas vezes ele prejudica os demais. E eu penso que V.Exa. tem de aplicar o Regimento que é o normal dentro dessa Casa. Qualquer um dos plenários que a gente frequenta aqui o Regimento é de quem norteia a Casa. Então, vamos não subtrair-nos de um veículo que eu acho que é muito importante para a grande massa da população brasileira, que está interessada em ver onde essa CPI chega, alcança. E eu queria trazer um depoimento pra V.Exa. Eu já fiz parte de duas CPIs de Medicamentos. A quantidade de documentos que foram levados à CPI, uma presidida pelo nobre Deputado, ex-Deputado atualmente, Luiz Gonzaga Mota, não chegou a nada, porque a quantidade de documentos era tamanha que o Relator não pôde compulsá-los todos. Então, sou de opinião, como dizia o Deputado Magela e o Deputado Mosconi, que nós temos de aprofundar o que nós já temos. Eu penso que logo depois dessa rodada, já que já foram chamados esses laboratórios, vamos fazer uma síntese do que nós já temos em mão, ter um conhecimento, eu diria, socializar tudo isso para que nós possamos realmente saber o que é que o Relator já tem e, com esses dados do Relator, que rumo nós vamos dar... Eu chamaria a síntese dessa CPI. Olha, quando nós terminamos a CPI presidida pelo Deputado Luiz Gonzaga Mota, então a imprensa todinha caiu em cima e disse que todo mundo tava vendido, porque nós não

chegamos absolutamente a nada, porque saiu um relatório fluido, não porque o pobre do Relator não tenha querido, mas porque ele não teve como compulsar seiscentas mil páginas, e os assessores também não têm, por mais que nós queiramos. Então, eu acho que a gente deveria partir, já que temos estes laboratórios aqui já, digamos, intimados a comparecer, tem que partir os outros vinte e um, que são três aqui, os dezoito, pedindo síntese de todos eles e imediatamente parar as nossas audiências públicas e começar a examinar o que nós já temos. É essa a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Eu vou encerrar esse assunto dizendo o seguinte: eu vou aplicar o Regimento Interno. E a **TV Câmara** tem cooperado uma enormidade com essa CPI, transmitindo muitas vezes ao vivo durante quatro ou cinco horas. A intenção, a intenção, foi de buscar compactar mais um pouco as nossas reuniões. O problema de uma reunião de dez horas é um problema técnico, é um problema que a audiência foge. Não é um problema de botar, toca, mas foge a audiência, compreende? É isso. Se nós tivermos uma reunião mais viva, com perguntas mais sintéticas, com... variando de Deputados se torna atrativo, e certamente a Câmara persegue isso. Eu quis me fazer entender, mas eu não fui muito feliz. Então, vou aplicar o Regimento Interno que é meu dever, aliás, tudo bem. Muito obrigado a V.Exa. Antes de entrar realmente na reunião eu tenho...O Deputado Luiz Bittencourt apresentou requerimento aprovado de um contato desta Comissão para com o Sr. Presidente da República. Eu manifestei aí ao Deputado Líder do Governo e eu recebi um sinal positivo dessa audiência. De forma que eu queria era confirmar e depois talvez a gente trocar idéia de como faríamos esse encontro, se é que os Srs. Deputados têm realmente esse interesse. Eu acho que seria uma troca de idéias, a gente teria que abordar uns assuntos. Então, eu disse que recebi um sinal positivo dessa possibilidade dessa audiência. Então, eu comunicarei com o devido tempo, entendeu? Essa reunião destina-se a tratar de assuntos internos. Foi um requerimento suscitado pelo Deputado Alceu Collares, já havia..., outra vez nós tentamos fazer isso, a reunião foi aberta. Então, nós estamos em reunião. Eu acho que eu devia começar ouvindo o Deputado Alceu Collares, a quem eu concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Presidente, companheiros e companheiras da CPI dos Medicamentos, eu tenho a lamentar, inicialmente, que os

nossos trabalhos não estão sendo objetivos, embora todos tenhamos e estejamos fazendo um esforço muito grande. Mas estamos dispersando os nossos trabalhos por falta de método da nossa CPI, que provavelmente não tenha elaborado um plano de trabalho ou uma programação para a realização das suas atividades. O que se observa é que, tal como aconteceu com outras CPIs aqui mencionadas por vários companheiros a partir do nosso estimado José Linhares, as CPIs acabaram não dando em absolutamente nada. Eu acho que nós temos a responsabilidade, no exercício do nosso mandato, de tentar fazer com que, se necessário, venhamos a mudar os nossos métodos ou os nossos rumos, porque tal como está, é uma convicção pessoal que eu tenho, isso não vai dar absolutamente em nada! Isso que nós estamos fazendo, e eu troco isso pelo trabalho da CPI, tal como as outras, não vai dar em nada. E nós estamos sendo, como a democracia requer, fiscalizados pela sociedade, através da imprensa que tem sido, sem dúvida alguma, importante. E há críticas contundentes a respeito da atividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Gostaria de pedir excusas a você, é que um assessor do Deputado, Alcides Tápias, disse que tinha urgência de falar comigo sobre um requerimento da Deputada Vanessa, entendeu? Está resolvido o problema. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - V.Exa. estava falando ao celular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu lhe agradeço.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O que não me parece correto, no meu entendimento, porque nós estamos numa Comissão muito séria, muito grave. É um pensamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tenho o compromisso da condução dos trabalhos, Deputado, e eu me permito saber o que devo fazer. Agradeço a observação de V.Exa. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu não vou lhe responder. Parece mais lucrativo, mais rentável para o nosso trabalho a omissão. Mas estou preocupado com a quantidade de denúncias que foram feitas, quantidade de requerimentos que são aprovados, um cem número de audiências públicas, algumas absolutamente inócuas. E nós nos desmanchamos em requerimentos, alguns talvez de nós até imaginando que este teatro, este cenário, o Brasil todo está apreciando e não é assim, não é assim. A incumbência desta CPI, ela vai ter que ver os preços abusivos, a cartelização que já está comprovada, preços

abusivos comprovados, falsificação de medicamentos devidamente comprovados. A política de medicamentos genéricos já é anterior a esta CPI e está sendo colocada com enormes dificuldades, não tão-somente pela ação das multinacionais na área da farmácia ou da produção de remédios, mas também por absoluta incompetência do Governo. A área da saúde no Governo, não é deste Governo, vem sendo maltratada ao longo da história deste País. Nunca um Ministério da Saúde teve equipamentos, teve condições, teve departamentos, teve setores de estrutura capaz de cumprir o seu dever. Não é o problema deste Governo. A saúde no Brasil foi relaxada, ela nunca mereceu a preocupação dos Governos. Agora, neste e nesta fase da vida pública, aqui tivemos alguns depoimentos estarrecedores como o Sr. Paulo de Tarso disse que tinha um orçamento de noventa e sete milhões. A cara até me pareceu boa, mas noventa e sete. Esse setor ali do Ministério da Fazenda, de acompanhamento de preços, o Sr. Considera veio aqui em nome do Ministro Pedro Malan pra dizer..., pra dizer para nós que os aumentos não foram tão exorbitantes. O Ministro da Saúde vem aqui e diz que os aumentos vai mais de cinquenta por cento. O mesmo Governo tem vários órgãos e eles não se comunicam entre si, eles não exercem o poder de controle ou de fiscalização, discutindo entre si qual é a função social, função política, mas principalmente administrativa de cada setor. Então, nós verificamos: política, a ineficiência da vigilância sanitária. Dá pena de ver o Vecina, que é um homem extremamente competente, montado num matungo velho, não tem nada. Tá começando há um ano e pouco, e a Vigilância Sanitária, desde que se constituiu o Brasil, aqui...Tem coisas que estão exercendo essas funções, não com esse nome, mas agora, pomposamente, né: Vigilância Sanitária. A modernização dos laboratórios oficiais e programa com as patentes. Mais do que isso, eu queria colocar a esta Comissão, e concordo com aqueles que me antecederam, tenho a impressão que nós tínhamos que interromper totalmente esse negócio de audiência pública. Isso está atingindo uma área, os limites de uma vergonha nacional. Nós estamos trazendo gente para cá que não dá a menor... A primeira colocação minha é de trazer o Ministro Malan, de trazer gente do Governo. E achar que eles vão vir aqui dar alguma contribuição. Nenhuma contribuição deram, nenhuma contribuição. E esta Comissão está perdendo os objetivos para os quais foi criada, que é investigação. CPI é como um processo criminal. Tem que buscar onde existe o crime, a ilicitude ou a irregularidade, a investigação profunda. Eu noto também que, embora esforçado, o

nobre Relator não tem assessoria, não tem assessoria. Pelo menos a Comissão não sabe o que está sendo feito. Eu não fui convidado pelo Relator pra dizer: olha aqui o documento que nós recebemos. O negócio da quebra do sigilo fiscal, a quebra do bancário...Com muito custo a quebra do sigilo fiscal... Houve uma colocação do Relator que eu estranhei. Foi muito difícil convencê-lo de que se deveria fazer a quebra do sigilo bancário. Se não fosse o Secretário Everardo vim aqui dizer que é só o único rumo capaz de permitir que se possa efetivamente fazer uma investigação plena, eu não sei se nós teríamos aprovado o requerimento do Deputado Fernando Zuppo. Observei uma série de fatores que me levam à conclusão de que o nosso caminho está sendo tal qual como as outras Comissões. Mas ainda me parece que é tempo, Deputado, tempo de nós retomarmos um caminho mais concreto e fazer as investigações. Por exemplo, eu estou vendo que o Deputado Magela tá pedindo pra trazer os presidentes dos vinte e um laboratórios. Está tão descontrolada a nossa Comissão que esqueceu que ela já aprovou um requerimento meu e outro requerimento do Deputado Linhares pra fazer **in loco** essa investigação. Nós trazemos os presidentes dos laboratórios aqui e depois vamos lá na casa deles, depois vamos ver a contabilidade. E se formos, eu pedi, e a Comissão aprovou no requerimento, fazer a investigação **in loco** nesses laboratórios, acompanhada do Ministério Pública e da Polícia Federal e da Receita Federal ou de tantos técnicos quanto sejam necessários pra ir nas profundidades do setor de investigação. Eu vi também e ouvi declarações do próprio Presidente Marchezan que a finalidade não é de botar ninguém na cadeia. É sim, senhor. Eu considero que toda CPI tem como objetivo buscar os crimes que estão sendo praticados contra o povo ou contra a economia popular. Ou, então, nós estamos fazendo de conta. No meu entendimento, nós estamos aqui de laranja, né, de laranja, fazendo de conta que é uma CPI que vai apurar esses fatores todos. Mas eu gostaria ainda de dizer que é tempo. Se nós conseguirmos um plano de ação, um objetivo concreto que possa reduzir não apenas as intervenções, mas objetivá-las, fazer a investigação... Eu não conheço nenhuma CPI que não faça investigação. E qual é o fator assessoria que temos, Presidente? Quantos do Ministério Público? Quantos da Receita Federal? Eu ouvi do Ministro, ou melhor, do Presidente Marchezan, uma informação de que o Sr. Everardo tinha..., disse que já não tinha mais recursos humanos para nos ajudar aqui na investigação. E nós...não sei que providências tomamos. A Casa aqui, a nossa consultoria legislativa, não

tem recursos humanos para a tarefa dessa CPI, não tem recursos humanos... Tem dos melhores, dos melhores, mas precisam tantos e tantos assessores para o processo de investigação... Por exemplo, temos perto de 60 mil documentos. A quebra do sigilo bancário tem que contar com grandes técnicos, principalmente do Banco Central e de outros para a constatação, através do sistema informatizado, das irregularidades. De que nos adianta ter aqui a confissão da ata de que a cartelização está sendo realizada no País se nós não tomamos nenhuma providência? Qual foi a providência que a Comissão de Medicamentos tomou para enquadrar, para encaminhar ao Ministério Público a documentação pra iniciar o processo correspondente imediatamente contra estes laboratórios cuja ação tipificou a existência de cartelização. Ou nós temos dúvida? Quem é que tem dúvida que aquelas reuniões, quatro anos, não são reuniões de confraternização? Aquilo ali foi a confissão por descuido de um ingênuo executivo, confirmado por um que tinha vinte e três anos, que fez alteração da ata e foi co-autor no crime cometido. O que que nós fizemos? O nobre Deputado José Linhares requereu, e aprovado foi, e tem nos seus documentos notas de compras, com as firmas devidamente reconhecidas, de valores de excessos, de abusos, de janeiro de 99 a dezembro de 99. As santas casas estão comprando remédios com elevação de preços que chegam a cento e setenta e cinco por cento. Se isto não é crime, eu não sei o que que é crime! Se isto não é crime, eu não sei o que é crime! Qual foi a providência que a CPI tomou nos dois requerimentos? No meu, pedindo a assessoria do Ministério Público, pedindo assessoria à Receita Federal, pedindo aqui a Polícia Federal, tal como o narcotráfico fez, tal como todas as Comissões têm feito. Qual é a razão de nós nos omitirmos no exercício pleno de ter a mais competente assessoria para o monitoramento da nossa Comissão? Qual é a razão? Não sei como é que o nobre Relator está realizando essas tarefas. Não vi nenhuma medida, nenhuma providência e acho que isto não pode ser sigilo. Aliás, uma das respostas que o nobre Relator deu numa consulta feita é a de que iria fazer com os seus assessores e depois traria aqui o Relatório. Se nós quiséssemos aprovar, que aprovássemos e se quiséssemos rejeitássemos. Posteriormente, corrigida essa posição, posteriormente corrigida a posição. Mas não é assim. Eu estou aqui, nós estamos aqui para tomar conhecimento na plenitude e verificar se esta CPI é para valer ou é para fazer de conta. Se for para valer, nela eu vou continuar; se for para

fazer de conta, nela eu vou continuar para denunciar, o que eu estou fazendo agora. Gostaria de, ao encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero que V.Exa. encerre. Está há 15 minutos, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Acho que...Eu tenho um documento, mas não dá tempo, queria tirar cópia, não foi possível, o erro não é da Mesa, é meu. Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu mando tirar cópia. Me entregue, eu mando tirar cópia.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou prestar esclarecimentos em cima do que V.Exa. disse, o Relator vai falar.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O que já poderia ser feito,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Porque se...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O que já poderia ser feito... Onde nós pecamos, na lentidão da Mesa da CPI para quebrar o sigilo fiscal, bancário e telefônico das maiores empresas farmacêuticas, quando quebrado foi parcialmente... O Deputado Ney Lopes, Relator da CPI dos Medicamentos, esteve sempre empenhado na tentativa de frear os impulsos dos seus colegas para a quebra dos três tipos de sigilo: tanto o fiscal, o bancário, como o telefônico. Houve dificuldades, e o nobre Relator pode fazer, porque ele é o Relator, sabe da dimensão da sua função. Se assim estava procedendo é porque achava que não era necessário. Eu acho necessário. Eu acho necessário. E por isso ele conseguiu adiar por semanas a votação da quebra do sigilo bancário e fiscal dos laboratórios, mostrando, ou tentando... Nós queremos mostrar o abuso do poder econômico. Com a devida vênia, as contas bancárias são absolutamente fundamentais. Hoje, felizmente, este sigilo foi quebrado. Mas quem é que recebeu qualquer documento para examinar? Quem é que tem assessoria nossa? Porque os nossos partidos têm assessorias especializadas e a eles têm de ser colocados à disposição tudo o quanto se apura aqui. Não pode ser objeto de uma decisão, de duas decisões, do monopólio das decisões de meia dúzia. Tem que ser da Comissão e dos partidos. Por menores que sejam têm assessoria. Estes documentos têm que ser colocados à sua disposição, para que eles requeiram, como nós vamos requerer do PDT, requerer esses documentos para levar, se a CPI não fizer, nós vamos levar ao

Ministério Público. Porque não é possível mais agüentar o que está sendo feito aqui! Não é possível! Tem também o que ainda se pode fazer. Eu quero pedir escusas pela minha veemência, porque eu sou assim, desde que vendia laranja lá na minha terra. É o jeito de eu falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E peço a V.Exa. que por gentileza conclua. Está há dezoito minutos na tribuna, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Está, eu vou concluir e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -Dou mais 2 minutos a V.Exa. e peço a sua compreensão.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Está, agradecendo a bondade. E eu quero que os companheiros vejam na eloquência a necessidade, o desejo, a aspiração de que esta CPI não seja igual as outras. E que ela não vá para o mesmo caminho das outras. Até aqui eu tenho participado no mínimo de dez CPIs, esta adotando os mesmos métodos para não chegar absolutamente em nada. Ou trancamos — estou de acordo com o Deputado Geraldo Magela —, estas audiências públicas que são apenas possibilidades de desfiles, de desfiles de oratória, de expressão verbal de comunicação, ou nós acabamos com isso e vamos destacar cinco ou seis fatos mais graves e para montar neles até a apuração final. Não é possível que a Comissão tenha aprovado requerimentos para fazer **in loco** a investigação, tenha aprovado que tem que convocar o Ministério Público, que tem que convocar a Receita Federal, que tem que convocar a Polícia Federal, que tem que convocar técnicos, e até agora não tenha feito. E hoje nós vamos aprovar um requerimento bem-feito, legitimamente bem-feito pelo Deputado Geraldo Magela, para trazer os Presidentes. Ou nós vamos lá ou, então, vamos pegar esse requerimento e fazer com que torne sem efeito aquela aprovação inicial. Esse trabalho, Deputado José Linhares, em que ficam estas denúncias feitas com veemência e com provas? Quais são as providências que nós, Comissão, estamos tomando? Eu gostaria que esse documento e um pronunciamento que eu estou fazendo aqui ficasse nos anais desta Comissão, até para salvaguardar a minha presença nesta Comissão e esta colocação-denúncia que eu estou fazendo. Assim como vão as coisas, nós não vamos chegar a absolutamente a nada, nada, absolutamente nada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não eu vou, eu preciso dar um esclarecimento em cima do que acaba de dizer o Presidente, o ex-Presidente da Comissão de Seguridade Social, Deputado Alceu Collares. Em primeiro lugar, eu desejo dizer claramente que não comungo absolutamente em nada do seu pessimismo. Absoluta. Não há de ser o discurso de S.Exa. que vai destruir o trabalho já feito por esta CPI, não há de ser o discurso de S.Exa. A CPI já tem resultados práticos extremamente objetivos. Citaria apenas alguns. A Lei dos Genéricos está implantada hoje, sem dúvida nenhuma, por causa desta CPI. Não há a menor dúvida, a opinião pública reconhece. De forma que não comungo em nada com esse péssimo. Agora, acho que toda a crítica ela é construtiva, e é nesse sentido que recebo o discurso emocional e muitas vezes não racional do Deputado Alceu Collares.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - É uma opinião que eu respeito, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou explicar, vou explicar o que está acontecendo nesta Casa. Em primeiro lugar — eu penso até que não seja do conhecimento dos Srs. Deputados —, esta Casa nunca esteve preparada para conduzir uma CPI. Esta Casa tem excelentes assessores envolvidos nas Comissões normais, espalhados em assessorar Deputados, mas numa CPI não. O que é hábito desta Casa e do Senado é quando recebe aquelas pilhas — desencoste, por gentileza —, aquilo ali são documentos do BRADESCO. Por gentileza, queira fazer o favor de deixar o pessoal ver. Todos aqueles ali são documentos que nós recebemos ontem. Quando esta Casa recebe isso, era hábito de fazer o quê? Pegar esses documentos e mandar para a Receita, para que a Receita examinasse. Entendeu? A Receita examinasse e do seu ponto de vista fiscalista identificasse ou não as coisas. Eu achei que nós devíamos construir. E esses dados chegaram agora na segunda-feira, como esses outros dados passaram a chegar neste fim de semana. Chegaram os dez ofícios do Banco Central. Nós antes não tínhamos quase nenhum dado. Nós temos umas duas ou três dezenas de pedidos de informações aos laboratórios que estão começando a chegar agora. E, ainda hoje, eu fixei prazos para os laboratórios, dados que estão chegando. Bem, nós constituímos devagarinho uma assessoria. Inicialmente, por convite do Relator Ney Lopes. Estão assessorando diretamente o Senador, o Deputado Ney Lopes, o Dr. Nilo Alberto Barroso, Dr. Irineu Simianer, o Dr. Jackson

Semerene, Dr. Geraldo Lucchese, Dr. Marco Fábio Mourão. Quando eu vi que essa assessoria, e tive uns contatos,... quando vi que essa assessoria era insuficiente e tive um contato, exigindo algumas informações que eu precisava para conduzir, o Relator e eu combinamos que esses relatores ficariam mais ou menos à disposição de estudos que ele desejava fossem feitos. E o Relator vai falar logo depois para confirmar essas coisas ou não. Então, eu resolvi ampliar essa assessoria e comecei a constituir uma assessoria que hoje está integrada pela Dra. Eliana Romeo, pelo Dr. Elvio, pelo Dr. Ribamar. Esses: Eliana, Elvio e Ribamar são da Casa. Vou entregar uma lista disso. Depois mais o Dr. Homero Silva, do Orçamento, Dr. Márcio, do Orçamento e Dr. Weder, do Orçamento. Para conseguir esses funcionários eu tive de fazer umas quatro ou cinco reuniões inclusive e ir ao Presidente da Câmara. E mais, com esses problemas assim de que um funcionário me era entregue hoje e amanhã ele entrava em licença por 15 dias; o outro tinha um problema, entendeu; o outro tinha outro problema. E agora mesmo a Dra. Eliana, uma excelente funcionária, ontem fiz uma reunião e não estava presente, agora, está no Rio, porque a senhora mãe dela está gravemente doente. Um outro doutor que estava comigo, que não me lembro qual é o nome aqui, entrou também em licença. Bom, nós pedimos a assessoria. Estão trabalhando conosco o Dr. Antônio João Ferreira Cunha e o Dr. Luís Gustavo Amorim. A Secretaria de Direitos Econômicos designou um assessor que não fica permanentemente aqui, Dr. Francisco Rogério. A Secretaria de Acompanhamento e o Ministério da Fazenda nos indicou o Dr. Maurício Pinheiro Fleury Curado. O Ministério da Saúde nos indicou o Dr. Ricardo Vidal de Abreu e a Secretaria... e o Dr. Alexandro Pereira Lordelo. Além disso está também com a gente o Dr. Maurício da Silva Lopes, da Secretaria de Investimentos do Ministério da Saúde. Está acompanhando os trabalhos desta Comissão o Dr. Paulo de Tarso Oliveira Gomes, da Polícia Federal, e além disso os doutores Rodolfo Costa Souza e Roberta Pinheiro Queiroz Martins do Tribunal de Contas. E nós estamos pedindo, a partir de hoje, mais oito funcionários do Banco Central. O Ministério Público ficou de indicar alguém para acompanhar, ainda não o fez. E a Receita Federal disse que não pode mandar pessoas pra cá, alegando, entre outros dispositivos, a idéia de que os seus funcionários só podem perceber salário completo no exercício da atividade. Se retirados das atividade, eles não poderão fazê-lo. Esse é um assunto que eu pretendo discutir com o Presidente da Câmara. Em contraposição, a Receita

Federal disse publicamente, sem nenhum entendimento com esta Presidência, e ao que me consta nem com o Relator, que nós enviássemos os documentos para eles, que eles haveriam de mandar aumentar a arrecadação. Considerei que esta Comissão, por deliberação, pode mandar os documentos. Mas eu não poderia mandar esses documentos pra ninguém. Então, eu não o fiz. Bom, eu tenho me reunido com esses assessores há questão de uns quinze pra cá, umas duas vezes por semana, quinze... não, mais de quinze dias, talvez um mês, no sentido de entrosar. Mas o único trabalho que nós conseguimos aprovar... ah, da... daqui a pouco eu vou dizer. O problema de fazer... de... de exatamente começar a cruzar os dados, que nós não tínhamos os dados. Nós tínhamos depoimentos, relatórios, mas nós não tínhamos dados. Por esta Comissão, de vez em quando, passa a idéia de que nós somos como a Comissão do Narcotráfico que, normalmente, recebe relatórios e informações e monta seus esquemas a partir de Brasília. Nós não temos informações privilegiadas de nenhum órgão do Governo, nem do Ministério da Saúde, nem da Agência de Vigilância Sanitária, nem, ainda, da Polícia Federal, nem do Banco Central, nem da Receita. Os documentos que estão, estão aí, estão agora sendo cruzados. Ora, pra gente cruzar dados, precisa ter mais do que um. Com um dado só, a gente não cruza. Se a gente tem a tabela de custo, se a gente tem o preço de importação, se a gente tem a conta bancária, a gente consegue começar fazer cruzamento. Então nós estamos preparando uma equipe que, eu acho, que pela primeira vez na história da Câmara nós vamos começar a montar uma assessoria.

(Intervenção ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se o comentário for digno de todos os Srs. Deputados, eu não tenho a menor...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - *(Ininteligível.)* ... é reservado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É reservado. Então, se é reservado, eu vou manter o sigilo. Esta Comissão mantém o sigilo e assegura o sigilo que for necessário. Pois, então, nós estamos conduzindo pra isso: estamos tendo esta linha de assessores que começam a trabalhar. Por que que esses assessores não apresentaram nada ainda aos Srs. Deputados? Aí eu devo dizer que, a bem da verdade, a Secretaria da Mesa, apesar da disposição, da boa vontade de Valdivino, os funcionários que as... que a Câmara colocou à disposição continuam sendo insuficientes, e que eu tenho tido um assessoramento que tem

suprido com enormidade, Dr. Silvio, ele e Dra. Rosane, que são de todas as Comissões, mas que têm dedicado a maior parte do tempo. Quer dizer, nós tivemos, pro volume de trabalho, uma estrutura absolutamente miserável. E os senhores devem ter visto, de vez em quando, as minhas irritações aqui com a falta de providência. Hoje mesmo, ao vir pra essa Comissão, havia deliberações que havia tomado sexta-feira que não estavam ainda aqui. E eu não posso me queixar dos funcionários que, muitas vezes, têm passado o fim de semana trabalhando. Estas ponderações eu tenho levado à frente, estamos resolvendo. Mas, como os senhores sabem, esta é uma Casa de profunda tolerância e de extrema dificuldade de a gente adotar medidas imediatas. Quanto aos rumos da CPI em si mesma, dei este relatório. Tão logo este relatório... nós devemos ter, provavelmente, em matéria de preço, nos próximos dias, as primeiras comparações de preços... ah... bem elaborada, cientificamente e tudo mais, pelos assessores. Montamos grupos, quer dizer, tem um grupo que vai cuidar do superfaturamento, tem um grupo que vai cuidar de preços, tem outro grupo que vai cuidar das contas bancárias, tem outro grupo que tá cuidando desse relatório, por exemplo, que é apresentado aqui pelo Deputado Linhares e pelo Deputado Alceu. Mas pra esse relatório é importante que nós tenhamos a concorrência do Rio de Janeiro, que foi uma concorrência também de um órgão público; é importante que tenhamos, talvez, aquilo que se realizou em São Paulo, quer dizer, são esses cruzamentos de dados. Só agora nós começamos a montar isso. Bem, eu não tenho me afastado de ouvir as pessoas. Muitas vezes, os Deputados criticam, porque esta Comissão tá ouvindo demais. Mas eu estou atrasado nas deliberações, têm muitos requerimentos de audiências que eu não pude dar seqüência, que foram aprovados. Muitas vezes, na mesma sessão, um Deputado apresenta requerimento de convocações e, depois, critica que nós já estamos ouvindo. Então, nós temos que fazer uma reflexão sobre isso, entendeu? Bem, nós estamos mantendo, portanto, Deputado Alceu Collares, uma guerra sistemática, persistente, no preço, no superfaturamento, na busca desses dados. Não temos... não tenho me afastado um minuto disso. Agora, normalmente, eu não dou entrevista pra imprensa explorando, especulando, porque acho que não é papel da imprensa, senão querer responder objetivamente. Muitas vezes até vejo Deputados falar em números e dados que eu já tenho. Mas não me parece que eu deva fazer. Então, sobre isso, nós não paramos um minuto. Sobre genéricos, nós não paramos um minuto. Nós tamos trabalhando em cima disso, nesta linha,

estamos trabalhando porque achamos que este é o caminho. Aqui um depoimento que não foi valorizado, do Dr. Jorge Allende, ele disse que no México o preço do genérico, e talvez ele possa, a senhora, esta do dia 4, dizer que na Inglaterra o genérico tá chegando a 25% do preço. Santo Deus! Tamos trabalhando isso aí. Nós estamos trabalhando muito na linha de laboratórios públicos. As visitas que casualmente V.Exa. considerou inúteis, que eu não considerei, do Far-Manguinhos...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito bem, eu não disse que V.Exa. mudou de pensamento, não. Só acho que tá equivocado. Far-Manguinhos e FURP nos fortaleceu. A própria visita da Secretária do Rio Grande aqui e aqueles laboratórios municipais nos fortaleceu que os laboratórios públicos têm que ser um mecanismo pra produzir de vinte a trinta por cento dos medicamentos que precisa este País. Tamos trabalhando nisso. A visita do Tápias aqui já ensejou reuniões do Ministro José Serra, do Ministro Tápias, do BNDES na construção de uma política pra financiar a política de genéricos e pra financiar os laboratórios públicos. Entendeu? Então, bom, eu acho que o Relator tá trabalhando e nós todos tamos convencido que precisamos construir, talvez, uma nova legislação, alguma modificação, alguma coisa nesse sentido. O laboratório público por quê? Pra produzir medicamento, pra fornecer tabela de custos, pra fiscalizar medicamentos e pra certificar genéricos. São quatro grandes funções desses laboratórios públicos como um elemento que se insere. Bom, nós tamos tentando construir uma política industrial de medicamentos que vise preservar, diminuir esse rombo que o País tem de um bilhão e oitocentos de importação por ano. E, nesta linha de estimular uma política industrial, a idéia de aprofundarmos os fitoterápicos. Por pressão, em parte desse Presidente, a Agência de Vigilância Sanitária já modificou — e da Comissão — já modificou a legislação sobre fitoterápicos. E nós queremos construir, se Deus quiser, uma política de estímulo de pesquisa, talvez a custo perdido. O Brasil tem uma potencialidade enorme de matérias-primas nesse campo e nós podíamos então *(ininteligível)* política. Então, nós tamos fazendo. Agora, eu estou inteiramente de acordo de aprofundarmos. Eu tenho dito, Deputado Alceu, que eu não tenho a preocupação de prender. É claro, a CPI do Narcotráfico tá prendendo suficiente, não precisava a gente fazer, mas não tenho nenhuma preocupação de não fazer. O que eu disse, o que eu disse da brincadeira, que o

nosso objetivo era medicamentos mais barato. Era medicamento mais barato!. É isso que nós precisamos produzir. Agora, se precisar prender... Eu nunca ouvi uma proposta de V.Exa. "Deputado, prenda o fulano, que ele cometeu crime tal, e tal e tal, capitulado".

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - *(Ininteligível.)*... tenho um requerimento aprovado e V.Exa. não tomou medida nenhuma! O requerimento tá aí, dos vinte e um, dos laboratórios que são cartelização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô com a palavra. Os requerimentos que V.Exa. fala, de cartelização...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - V.Exa. não tomou providência nenhuma!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Alceu, deixa eu dizer, deixa eu responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas não me faça injustiça!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Os Deputados, os Deputados, os requerimentos, esses laboratórios todos tão ouvindo...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não me faça injustiça!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Os laboratórios todos tão sendo ouvidos, processados pelos órgãos do Governo, denunciados que foram à Polícia Federal. Nós não temos nenhum apoio regimental pra mandar prender esses laboratórios. Não há nenhuma prova provável. Tem uma política do cartel. O cartel funcionou politicamente, mas não há nenhuma prova documental que nós possamos determinar a prisão.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A ata não é assinada, não tem nome de ninguém. A ata não é um *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas tá confessado aí! Tá confessado aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Alceu, deixa eu concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tenho problema nenhum. Eu proponho a V.Exa. uma deliberação de mandar prender e eu ponho em votação. Entendeu?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não é pra prender. Força de expressão. O Ministério Público tem que ser acionado. E V.Exa. manteve em sigilo todas as informações que tá nos dando agora. Mas a deficiência da assessoria, V.Exa. confessou, tá dizendo isso aqui todo dia. (*Ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Total, total. Confesso: total. Confesso: total. O assessor...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - (*Ininteligível*.) ... há quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - De um mês atrás, confesso: total.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - (*Ininteligível*.) ... há quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deixa eu concluir, deixa eu concluir. Quero concluir. Quero dizer quanto...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Só prá concluir. Eu darei a palavra a V.Exa. Pra concluir. Agora, o que nós tamos precisando é ver se vamos continuar ouvindo, se estes assessores vão investigar, se os Srs. Deputados quiserem investigar. Eu não sei o que que há, o que desejam. Eu tô montando uma assessoria pra elaborar documentos e traduzir estes documentos aos Deputados. Entendi que eu devia funcionar assim. Eu não podia montar uma assessoria muito antes, porque eu não tinha os elementos. Agora, quanto à investigação **in loco**, a pergunta que eu me faço é o seguinte: quer dizer, não houve... quando foi aprovado aqui o requerimento do Deputado Alceu Collares no sentido desta investigação **in loco**, que eu desejo objetivá-la... Porque as preocupações, Deputado Alceu, da quebra do sigilo bancário, fiscal, eu acho que elas foram inteiramente válidas. Nós quebramos todos e não fomos desmanchados em nenhum. Não fomos desmanchados nenhum. Esta Comissão não teve nenhum dos seus atos revogados pela Justiça. É isso que nós devemos colher. E eles tão tendo que nos dar esses dados, por decisão desta Comissão. A demora foi prudente. Agora, quanto à visita **in loco**, o que foi deliberado aqui — e posso consultar as atas — é que o requerimento de V.Exa. aprovado dependeria do entendimento de V.Exa. e o Relator que viria à Presidência do **modus faciendi**. Por isso ele não foi executado ainda. Lembram-se? Quer dizer, essa forma de fazer é que não foi deliberado. Bom, eu não quero tomar muitos tempos...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas considero prestado o esclarecimento. O Sr. Relator tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Presidente, sobra aí o requerimento do Deputado Linhares com as provas. Quais são as providências tomadas pela CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quais foram as providências requeridas?

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Ininteligível)* Vou mandar vir o requerimento. Tem a palavra o... Questão de ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, eu até entendo que existe uma preocupação e uma boa vontade por parte de V.Exa. de dar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado pela benevolência.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - ... o melhor encaminhamento para o andamento da nossa Comissão, bem como também o espírito benevolente do nobre Deputado Alceu Collares...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não há a menor dúvida.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - ... no sentido de que chegamos a um denominador comum nessa Comissão. Eu acho que já tomamos muito tempo discutindo algumas coisas. Eu até, com todo respeito, acho que qualquer medida que essa Comissão deva tomar, ela deva tomar no seu parecer final. É o relatório que essa Comissão vai aprovar é que vai dizer: tais laboratórios deverão ser encaminhados essa documentação para o Ministério Público. Eu acho que seria prematuro, por mais que nós tenhamos, na minha concepção, por mais que nós tenhamos, Sr. Presidente, informações... Mas uma informação isolada, de repente, ela pode ser contraposta com outra informação. Então eu acho que no relatório final é que vai-se fazer o encaminhamento para as repartições públicas necessárias, os meios necessários de desenvolver qualquer ação judicial em cima de quem cometeu crime ou não cometeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra... Obrigado a V.Exa. Acho que oportunamente nós discutiremos isso.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Nós tamos...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Eu tô dizendo que não precisamos ficar aqui debatendo o assunto que, na verdade *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi atentamente, como sempre faço, as ponderações do eminente Deputado Alceu Collares e acho que S.Exa. tem realmente o sentido e o desejo de ajudar, de colaborar com essa Comissão. As suas palavras, a sua veemência é natural da sua forma de ser, como ele mesmo disse, e em nenhum momento essa veemência eu jamais interpretei como intimidação a essa Comissão nem a esse Relator, mas eu sempre interpretei como uma colaboração de um homem de experiência na vida pública, educado e de nível, como V.Exa. o é. Em razão disso, Deputado Alceu Collares, eu começaria pedindo aquilo que eu sei que V.Exa. acredita, pela sua tradição democrática, e que está escrito no art. 5º, inciso IV da Constituição: "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato." Se nós quisermos, numa CPI, todos pensarem igualmente, nós não estaremos num mundo real. E, além do mais, seria inconstitucional esse comportamento. Podia ser declarado até inconstitucional, em face do art. 5º, inciso IV, da Constituição. Então, a partir do momento em que, com todo o direito de discordar, nós nos respeitarmos reciprocamente, V.Exa. entenderá — e eu sei que V.Exa. entende — que as ponderações que eu fiz, talvez formalistas para uma visão de V.Exa., talvez legalistas, com relação à quebra de sigilo, é decorrência de uma formação e de algo que eu acredito, que é a forma da prática de uma decisão, de um ato formal, como é a quebra de um sigilo, com qualquer natureza, por uma CPI. Eu fiz isso porque acredito. Eu não estou monitorado, nem intelectualmente, porque são tão pobres os meus conhecimentos que não dá pra ter monitoramento, por ninguém, a não ser aquilo que eu acredito. Eu leio a lei, leio as decisões do Supremo. Todas elas, nos despachos, dizem, com ênfase, que é preciso uma relação causal, de causa e efeito, para decretar uma quebra de sigilo; que os Deputados, os Parlamentares,

não podem tudo; que eles são regulados pela legislação e pela lei, são controlados pela legislação e pela lei. Em nenhuma dessas vezes eu cheguei a dar parecer contrário à quebra do sigilo fiscal; fui favorável. À quebra do sigilo bancário, fui favorável. Apenas a discussão com relação ao bancário foi se era uma complementação do fiscal ou não e terminou num acordo. O telefônico também, por unanimidade, entendeu-se que não haviam pressupostos para a quebra do sigilo telefônico no acordo feito. Então, eu espero que V.Exa., com o desejo que tem de ajudar e de colaborar — certamente não vou convencê-lo, nem é essa... seria muita pretensão de minha parte... Mas apenas eu faço um apelo no sentido do respeito se não às relações humanas e políticas, que por si só já justificam esse respeito recíproco, mas pelo menos em razão da democracia. Que nós todos acreditamos que não é possível haver uma unanimidade de pensamento. Discordamos em certas teses, em certas questões, em certas posições, em certas cautelas legais, mas todos nós aqui — eu tenho impressão que isso é uma justiça, que eu não vejo nenhum sinal da opinião pública brasileira em sentido contrário — estamos voltados para o objeto dessa Comissão, uns mais veementes, uns dando mais importância ao aspecto jurídico, outro ao aspecto policial, outro ao aspecto político, outro a tal ou qual aspecto, mas todos envolvidos no clima de uma contribuição efetiva dentro dos limites das nossas possibilidades para o encaminhamento dessa questão investigada. Quanto ao roteiro da Comissão, embora não seja tarefa do Relator — é tarefa administrativa —, eu acho que no início dos trabalhos foi aprovado um roteiro. Houve um roteiro aprovado, e aprovado por unanimidade. Se é preciso alterá-lo eu até concordo, vamos alterar. Se é preciso não fazer mais audiências é preciso também que os Deputados não vivam todos os dias apresentando pedido de audiências públicas. Se é preciso fazer diligências, vamos definir. Eu sou favorável. Não há limitação nenhuma nessa expressão "vamos investigar", porque essa é basicamente a nossa tarefa. Agora, nós temos que ter uma pauta, uma bússola, uma orientação. Vamos fazer a colheita das informações sobre práticas cartelizantes ou abusivas de preço dos remédios ouvindo os prepostos dos laboratórios aqui ou vamos a cada um dos laboratórios? O que é mais eficaz? Certamente, a Comissão vai-se dividir nessa eficácia. Será que um que diga uma coisa é menos honesto com o País do que o que tenha outro pensamento? Se for assim, nós não chegaremos realmente a lugar nenhum. Nós teremos que, realmente, paralisar não apenas esta CPI, mas o próprio Parlamento brasileiro, que

é uma Casa por natureza dialética. E na dialética se supõe essas manifestações. Eu sou de uma corrente política, sabe V.Exa., que tem cautelas com o fato econômico. Isto é público e notório! O meu partido, e eu aceito, não investiga fato econômico como quem investiga narcotraficante. Mas será que isso é uma suspeição ou é decorrência do direito de ter um pensamento de que quando você investiga o fato econômico você não pode ser complacente, mas também não pode incendiar a economia, pôr em risco os investimentos... Esse equilíbrio será, por acaso, vinculação ou despersonalização dos que defendem esse ponto de vista? Se for assim, nós não poderíamos ter no Parlamento a sua natureza dialética, o confronto das idéias, dos pensamentos. V.Exa. disse — e eu sei que qualquer que fosse a decisão V.Exa. acataria, pelo seu espírito democrático — que não sabia qual seria o resultado da quebra do sigilo. Com certeza seria a aprovação, porque o meu parecer era favorável à aprovação da quebra do sigilo bancário, apenas dando um tipo de rumo que, no final, aprovado por unanimidade, foi esse rumo que foi dado, ou seja, questões objetivas, para que o Banco Central respondesse. Porque se não se fizesse isto, se quebrasse por quebrar, o Supremo Tribunal Federal já teria repostado, reposta a situação anterior, como chegou a repor de bandidos, de narcotraficantes. Mas em respeito ao direito e à cidadania, porque o juiz, quando julga, não julga a pessoa na sua condição de ser criminoso ou não, julga em função da postulação do seu direito. Quanto ao relatório, Deputado Alceu Collares, eu tenho alguns, alguma — pouca, é evidente — experiência nesta Casa, e comecei essa experiência participando com V.Exa. numa CPI sobre salário que era, em 1975, que era naquela época mais explosiva do que esta. Eu era Relator e V.Exa. Presidente. Aprendi muito com V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - *(Ininteligível.)* Com doze anos o senhor já era Relator?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu era Relator.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não, em 1975.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É, doze anos. Não, tinha onze anos, mais ou menos. E V.Exa. sabe que a normatização regimental, o Regimento da Câmara, naquela época e hoje, não admite, salvo por um apelo, salvo por um entendimento, salvo por um acordo, que eu estou aberto para fazer, que se faça relatório de CPI

em conta-gotas, relatório parcial. "Olha, eu consegui isso daqui." "Olha, eu fiz tal estudo." Eu estou, com a equipe de consultores da Câmara fazendo vários estudos, cruzando aquele disquete que veio do Ministério da Indústria e Comércio sobre preços de insumos, fazendo comparações com tabelas de preços do Ministério da Saúde, do Ministério da Saúde e, sobretudo, com os laboratórios oficiais, que nós pedimos trabalhos específicos, tanto na FURP quanto em Manguinhos, para estabelecer comparações de custos para chegarmos a detalhes de preços que pudemos discutir. Estamos... Eu, pessoalmente, com a assessoria, fui à OPAS, antes do seu representante vir aqui, que é um órgão sério da Organização Mundial de Saúde, pedir informações que eles mandaram buscar nas organizações deles sobre legislações comparadas para monitoramento e acompanhamento de preços de remédios. Fui pessoalmente, passei uma tarde lá. Não dei nem conhecimento à Comissão porque achava que era o meu dever fazer isso. Será que não é importante saber como os outros países tratam esse assunto? Eu acho que é. E, se não for, o que eu referi a esse respeito no relatório V.Exas. irão expurgar, evidentemente, irão rejeitar. Eu estou com... com... na tarefa que me foi dada, com os consultores, cruzando o superfaturamento, contas CC5, remessa de lucros, os dados sobre a quebra do sigilo e outras informações. O Presidente já disse — que é dever dele dizer, porque é matéria administrativa, não é do Relator —, mas eu repito: estão absolutamente à disposição de todos. Os diretores, o Diretor do Departamento de Comissões está aqui presente, o secretário, nunca houve nenhuma limitação. V.Exa. se propôs a mandar um assessor do PDT. Que mande. Do PDT, do PT, está tudo aberto. Absolutamente transparente pra chegar às conclusões, para, no debate do relatório, dizer: "Bem, a Relatoria não captou isso, nós captu..." Porque a investigação, meus colegas Deputados, não é só do Relator; a investigação é de todos. A investigação é da Comissão como um todo. Eu realmente — e me penitencio — estou fazendo, talvez, por ignorância do Regimento, não estou dando esse conhecimento a que V.Exa. se referiu. Realmente não tô: "Olha, descobri isso, descobri aquilo, tô pensando assim." Não estou. Agora, tô com um esqueleto do que penso apresentar para debate aos senhores já feito, e cada dia com mais subsídios. Tá aqui o chefe da equipe de consultores, Dr. Geraldo, presente. Se alguém quer ter acesso eu, com muito prazer, libero pra ter acesso, embora ache que podemos levantar certas polêmicas antecipadas. Mas, em nome da transparência, nós podemos ter acesso. Não tem

problema. Não tem problema nenhum. E espero que a contribuição... Inclusive quero registrar o que já disse aqui um dia desse. Infelizmente V.Exa., Deputado Alceu Collares, não tava presente. Eu propus — e se for aceito será muito útil —, eu me comprometi a, antes de apresentar o relatório, me reunir com grupos políticos da CPI, com o texto em mãos, para encontrarmos formas de alteração, formas de inclusão de certos aspectos, que ninguém tem a onipotência de colocar todos os ângulos num debate de espectro tão amplo quanto esse. Eu me propus a isso. Agora, eu não posso ser, Deputado Alceu Collares, na indução subjetiva das palavras de V.Exa. — que eu pude captar como no sentido de contribuir e nunca de sentido à agressão —, eu não posso ser um Relator que chegue aqui com tons policialescos, de investigar, porque eu não acredito nisto na investigação do fato econômico. Eu acredito na investigação do fato econômico, no mergulho das planilhas, no mergulho dos números, dos custos e na tipificação dos crimes dentro das figuras ou do Código Penal, quando for o caso, ou das leis econômicas, de defesa da economia popular, de defesa da livre concorrência etc., coisa que eu já até tenho algumas conclusões já definidas, como sabem os consultores, para incluir no meu relatório, sobre delitos econômicos com penas até de privação de liberdade. Agora, não senti necessidade, embora esteja à disposição de V.Exa. ou de qualquer um, de chegar aqui e dizer: "Bem, eu decidi que tal aspecto que nós apuramos é criminoso e eu vou fazer assim no relatório." Não, porque a prática regimental que vem desde aquela CPI que nós participamos, mesmo com as alterações, é de que essas conclusões sejam feitas no final do relatório. E eu, antes do final, vou-me reunir com os grupos políticos, para que ninguém venha pra cá sem saber o que é que eu vou defender. Eu vou armar, se for o caso, a todos. Eu me proponho a isso, como fiz em todas as vezes que fui Relator de matérias complexas. Eu mostro o relatório aos colegas uma semana, duas semanas antes, para que ou a gente componha ou então cada um venha devidamente com munção suficiente para tentar voto em separado, alteração, o que é plenamente democrático, porque nós nunca vamos chegar aqui a uma unanimidade de pensamento. De forma que esses, Sr. Presidente, são os esclarecimentos que eu faço, entendendo e assimilando a posição do eminente Deputado Alceu Collares, o seu desejo, se ele quer (*inaudível*). Se o eminente Deputado Alceu collares propõe uma redefinição do roteiro que nós aprovamos, inclusive S.Exa., vamos redefinir, vamos fazer diligências, vamos... E no que a gente concordar, for unânime, é

unânime. No que não for unânime, cada um registra sua posição, como V.Exa. pediu para transcrever um documento para salvaguardar sua... o que é legítimo! Agora, o que eu não posso é dizer: "O Deputado Alceu Collares tem tais e tais defeitos ou tá com tais e tais intenções porque discordou do meu ponto de vista." Não, eu não tenho o direito de dizer isso de V.Exa., e espero que a recíproca seja verdadeira, salvo se V.Exa. tivesse elementos concretos, materiais objetivos de alguma atitude ilícita ou do Relator ou do Presidente ou de alguém dessa Comissão. Aí, não. Aí nós passaríamos a ser depoentes ou até réus, se fosse o caso. Mas por questão de discordância de pensamento... Eu acho que essa discordância existiu, existe e vai continuar existindo. O nosso esforço, como políticos, é reduzi-la o máximo possível através de um trabalho de composição em que no próprio relatório se reflitam conclusões até oponentes entre si, mas que fiquem consignadas, para não haver nem vencido nem vencedor. Há um entendimento xis por bancada, por exemplo, é uma idéia que eu tenho a propor. Os partidos defendem posições tais e tais, incluídas no relatório, como maneira de se oferecer à Nação um diagnóstico do problema que nós estamos investigando, e, ao invés de ter só a onipotência de um dizendo o que é melhor, podem ter várias soluções e várias receitas se V.Exas. concordarem. Eu, portanto, concluo...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ... e espero que a contribuição de V.Exas. seja... medre, seja profícua (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eminente Relator, só uma pequena intervenção, se V.Exa. me permite.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Depois de toda a argumentação de V.Exa., como eu vou colocar um documento, que é um pronunciamento que estou fazendo, eu queria que V.Exa. o Presidente me permitisse dois ou três tópicos que fundamentaram a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pediria...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - E é um pensamento pessoal.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pensamento pessoal, na base desse inciso, do art. 5º da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu não estou fazendo acusação nem denúncias e respeito o direito das criaturas humanas e dos Parlamentares de defender o capital nacional ou também de defender o capital estrangeiro. Há muitas.... Ou as duas coisas. Só que eu tenho dados, eminente Relator, que V.Exa. tem sido, sem dúvida alguma, cumprindo seu pensamento, seu compromisso ideológico, um direito que lhe assiste, tem sido, sem dúvida alguma, um grande defensor do capital estrangeiro, na Lei das Patentes. Foi um grande mal, no meu entendimento. V.Exa. pode não concordar com o meu pensamento, mas para mim foi...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - ...uma tragédia ocorrida para o País e, pelo qual, abriu-se uma porta para as multinacionais dos medicamentos. Mais um dado que eu quero dizer a V.Exa.: que, na... na empresa, no conceito de empresa brasileira de capital nacional, eu penso — e respeito a posição de V.Exa. e quero dizer que os que defendem o capital estrangeiro são tão brasileiros quanto eu, têm tanto direito, tanta legitimidade —, mas eu fiquei preocupado porque também os prejuízos pra economia nacional, com o conceito de empresa brasileira de capital nacional, é indiscutivelmente o momento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Há um terceiro item. Há um terceiro item que me leva a colocações que V.Exa., exercendo o seu mandato, exercendo o seu direito, o seu pensamento, a sua posição filosófica, ideológica, doutrinária, não pode ser contestado. Só que eu tenho o direito de despertar e de levantar estas questões pelas coincidências que, ao longo do tempo, eu tenho observado. O terceiro item é que o Deputado Ney Lopes também é Relator do Projeto 220, de 98, dispondo sobre o sigilo de operações financeiras oriundas do Senado, tratando principalmente da quebra do sigilo bancário, e V.Exa. fez um trabalho que altera profundamente esta concepção de quebra do sigilo bancário. Em face desses dados — Lei das Patentes, do capital nacional, da empresa de capital nacional —, é que eu estou colocando este documento, como um pronunciamento meu, sem acusação nenhuma, sem denúncia nenhuma, de... de... defendendo o direito de V.Exa. de defensor...

(Não identificado) - Claro.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - ...deste ou daquele tipo de capital.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - É, Deputado. Eu...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu recebo as observações de V.Exa. sobre minha atividade parlamentar como verdadeiras, menos de defensor do capital estrangeiro. Eu acho que o capital estrangeiro, aportado ao nosso País numa era de globalização, ele é útil, desde que ele se enquadre e se ajuste às regras nacionais. Isso a gente vê até em regimes como... como o cubano hoje, em que Fidel acaba de privatizar, de abrir as reservas de petróleo para os japoneses, para os alemães... Nós não vemos economia... O Vietnã, que era uma das mais fechadas economias, abriu-se. A minha linha é esta, que eu acredito que até seja também de V.Exa., no sentido de que a discordância seja mais em relação a aspectos de avançar mais ou avançar menos, mas, **in genere**, eu não... eu não imagino uma sociedade...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ... no mundo de hoje capaz de conviver sem a interligação internacional num mundo globalizado. A Lei de Patentes, com a devida vênia... Não vou falar sobre ela. V.Exa... Eu não vinculo a Lei de Patente a capital estrangeiro, porque num é estrangeiro que inventa, é brasileiro também. Uma das entidades que mais acompanhou meu trabalho quando Relator da Lei de Patentes foi a EMBRAPA, dizendo: "Deputado, pelo amor de Deus, apresse isso, porque nosso avanço na biotecnologia, na área agrícola, tá sendo absorvido pelas grandes potências. "Eu me lembro que descobriram naquela época um carrapaticida, por um pesquisador nacional, e a Bayer patenteou porque nós não tínhamos lei de patente. Eu me lembro que Cuba, Fidel, quando assumiu Cuba, em 1959, primeira lei que encaminhou à assembléia popular foi a de patentes pra se livrar da dominação americana. Agora, admito a discordância e, inclusive, acabo de apoiar, com relação a patente, uma proposta do eminente Deputado Fernando Zuppo, no sentido — Fernando Zuppo — no sentido de não admitir que se retroceda essa legislação, cinco ou seis anos, para proteger patentes que não estão protegidas pela legislação. Mas isso é um tema que, com o respeito que V.Exa. falou, eu também falo. São pontos de...

(Não identificado)- Correto.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Apenas tô me defendendo. Com relação a empresa...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ...com relação a empresa, também fui Relator da primeira emenda constitucional econômica nesse País, que acabou com distinção de empresa. Por quê? Porque... Eu acho que, na hora que houvesse a... a distinção, haveria a discriminação e destruiria tudo isso que eu tô pensando. Sobre o sigilo bancário, Sr. Deputado Alceu Collares, esse... essa é uma grande distorção que áreas estão sendo, estão fazendo, não (*ininteligível*) políticas, é do próprio Governo, principalmente da Receita Federal, em relação ao meu ponto de vista. Eu espero, no debate da Comissão de Justiça... Eu não sou contra a quebra do sigilo bancário. Eu estou sugerindo — e vi gente de oposição, já, que disse: "se for assim, eu concordo" —, eu tô sugerindo quarenta e oito horas, que... Por exemplo, o fiscal, o Ministério Público quer quebrar o sigilo bancário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Só um minuto. Tem quarenta e oito horas para explicar, dar um mínimo de explicação ao juiz. Se o juiz, em quarenta e oito horas, não responder, tá quebrado. Será que a cidadania não tem quarenta e oito horas para se livrar de uma má-fé? O juiz tem no Código de Processo... ele comete erro grosseiro, tem má-fé, é punido. Então, não tô... eu não sou contra a quebra do sigilo bancário, eu acho é que um fiscal pode ... e chegar numa empresa com má-fé, com abuso, ela tem quarenta e oito horas. Se ela pedir e o juiz não se pronunciar, tá quebrado! Isso, portanto, são posições que eu trago comigo, em defesa dos pontos de vista que eu tenho. No momento em que, Deputado Alceu Collares...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pois não!

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ... tais posições resvalarem para uma possível suspeição até da minha continuidade como Relator, me submeterei...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não, senhor! Não, senhor!

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ... à deliberação da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu não...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - ... porque eu aqui estou por uma delegação do Presidente e dos senhores.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não, não! Não é isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado, muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu quero, em linguagem popular, é livrar minha cara!

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu... eu vou dar... tem quatro inscritos aqui — Deputado Robson Tuma, Vanessa Grazziotin, Geraldo Magela, Arlindo Chinaglia. Tem V.Exa. a palavra. Vamos dar por quantos minutos? Três minutinhos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu... a reunião foi marcada para as duas horas da tarde, já são quatro e vinte e eu entendi que essa reunião era pra que nós discutíssemos os próximos russos... rumos e passos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Eu queria dar então as minhas opiniões em relação aos rumos da Comissão e, de imediato, começarmos a discutir sobre isso — mesmo porque eu tô na CPI do Narcotráfico, tá tendo uma reunião importante e eu vou ter que me ausentar. Sr. Presidente, nós aprovamos aqui várias oitivas que deveriam ser tomadas a respeito da diligência de Uberlândia. Nós ficamos só de decidir — e aí era uma decisão de V.Exa. — se a Subcomissão que foi pra Uberlândia iria pra lá novamente para ouvi-los ou se aqueles seriam convocados para cá. Eu acho que isso é um passo que nós podemos dar imediatamente e V.Exa. determinar já o dia ou da nossa ida ou da vinda daqueles para cá. Outra coisa, Sr. Presidente, é a respeito da empresa Panarello. Eu quero, sim, reconvocar a empresa Panarello. Eu só não apresentei o requerimento ainda porque nós inclusive descobrimos que já teve um processo no Ministério Público de São Paulo — as diligências que nós tivemos lá —, estou colhendo todos os dados para que nós possamos reconvocá-lo num momento que nós tivermos todos os subsídios a respeito dele, para que nós não sejamos atravessados novamente, tendo uma terceira reconvocação, que eu acho que não seria o caso. A terceira coisa, Sr. Presidente, é a ida a São Paulo. Nós fomos a São Paulo e, lá, uma Subcomissão — inclusive V.Exa. me colocou, e eu tinha todo o interesse em continuar fazendo parte dessa Subcomissão... e, lá, inclusive com o Relator, foi discutido se nós iríamos novamente para ouvir o Secretário da Saúde de São Paulo

ou algumas pessoas acusadas, para São Paulo, ou se nós os convocáramos aqui. Então, eu acho que esse também é um outro passo a ser discutido e já marcado hoje, inclusive, para que nós possamos ter já algumas decisões, até para não ficarmos chatos. Nós estamos aqui há duas horas e vinte minutos e não tivemos ainda nenhuma dete... deliberação a respeito do que devemos fazer daqui pra frente. A respeito de requerimento, eu acho que nós tínhamos que marcar, e V.Exa. podia convocar uma reunião, seja pra quinta de manhã ou seja para quando V.Exa. achar por bem, mas que seja o mais rápido possível, a fim de que nós possamos votar vários requerimentos, inclusive de minha autoria, pedindo quebra de sigilo de algum outro... de outros laboratórios por indícios que encontramos, inclusive de laboratórios nacionais, e outros requerimentos tantos que têm na pauta e que não foram discutidos, além, inclusive, do requerimento de quebra do sigilo ban... é... telefônico dos 21 laboratórios que ficaram aí pendentes — que eu acho que é uma outra sessão que viria... vem V.Exa. a marcar, a fim de votarmos os requerimentos que estão ainda na lista de pendências. Outro .. além de, Sr. Presidente, discutirmos nessa reunião a quebra do sigilo bancário e fiscal de vários laboratórios nacionais, porque naquele momento nós entendíamos que tinha que ser quebrado de alguns laboratórios nacionais. Eu tô também entrando com um requerimento a respeito disso, acredito que já devem ter outros, inclusive eu subscrevi um com a Deputada Vanessa, que também acha que nós poderíamos colocar em votação. E por último, Sr. Presidente, fazer aqui... Eu não sei se não ficaria chato nós desconvocarmos os laboratórios que estão convocados para amanhã. Só que eu acredito que os laboratórios deveriam ser convocados para depor num momento em que nós já tivéssemos aqui todo o sigilo bancário e que nós déssemos tempo pra que os Parlamentares que quisessem e tiverem, porque tá à disposição, como eu fiz no caso da Panarello, como eu tenho feito no caso de Uberlândia, poder analisar o sigilo assim que chegasse, para que quando os laboratórios viessem aqui tirassem as nossas dúvidas e não fizessem discursos e depois, quando surgissem as nossas dúvidas pelo subsídios que ainda chegarão à Comissão, nós tenhamos que reconvocá-los, mesmo porque em 60 dias pouco nós podemos fazer e não vai... não teremos tempo de ficar reconvocando outras pessoas. Então, Sr. Presidente, só para concluir, essa é a minha sugestão, a minha opinião que faço a V.Exa. e ao nobre Relator. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa.. Eu creio que vou ouvir os quatro Deputados que — que eu botei mais dois: seis —... Robson Tuma... Robson Tuma... Vanessa Grazziotin. Tem V.Exa. a palavra. Três minutinhos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tô derramando água aqui, Sr. Presidente, estou nervosa! Mas, enfim, eu acho, Sr. Presidente, eu não considero que tenha sido inútil o que nós ouvimos ou o que foi discutido até agora. Pelo contrário. Eu acho que essa CPI carecia de informações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Também penso assim.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... que V.Exas. passaram, até porque, se nós não temos as informações, fica parecendo que a CPI não está trabalhando, que não existe uma assessoria. Agora, eu vou mais além. Eu penso que seria oportuno, Sr. Presidente, que V.Exa. determinasse à Secretaria que colocasse num papel quais são os grupos e que assessores estão trabalhando aqui, em que material eles estão trabalhando, para que nós pudéssemos também ter acesso a esse tipo de trabalho. Quero dizer a V.Exa. que sempre que eu posso eu tenho vindo à CPI. Procuro olhar documentos, procuro analisar. Agora, eu sei que esse não é um trabalho que individualmente qualquer um de nós possa fazer. Não. Nós precisamos da colaboração de uma assessoria. E aí, Srs. Deputados, Deputado Chinaglia, principalmente, que eu acho que foi o primeiro quem trouxe para cá essa proposta, eu me preocupo, com toda a sinceridade — e sei da boa vontade de V.Exa. em procurar formar um grupo de pessoas que auxiliem os trabalhos da CPI —, mas eu me preocupo muito quando a gente vê que esse grupo está sendo formado ou por poucos, pouquíssimos funcionários da Casa, ou por gente que é indicada pelo Executivo. Eu acho que não deve ser assim. Nós precisamos, Sr. Presidente, voltar a estudar a possibilidade de termos aqui na Comissão uma consultoria independente que nos ajude. Eu vou dar um exemplo só — posso até extrapolar o tempo. Mas um exemplo: o Dr. Considera distribuiu a todos nós... uma... uma... uma tabela com a evolução dos preços relativos a 98 e 99. E só isso. Diante desse material que nos foi distribuído, o Dr. Considera, que é do Ministério da Fazenda, disse que isso tava tudo na mais completa normalidade, que não havia abusividade de preços, que, pelo contrário, depo... durante a mudança de política cambial houve uma economia de dez por cento; que o

aumento poderia ter sido vinte e seis e foi de dezesseis. E mandou, depois, com o requerimento que nós fizemos, ele mandou um CD-Rom — o senhor lembra —, que era uma análise da evolução do preço dos últimos dez anos. Foi uma luta, um mês — tá aqui o Secretário Valdivino pra saber, porque nós não conseguimos a cópia do CD-Rom, mas foi impresso em CD-Rom. E eu trabalhei nesses dados, porque fui eu que à época fiz o requerimento. E dados do próprio Ministério da Fazenda mostram que há abusividade, sim, Sr. Presidente! Dados do Ministério da Fazenda, do próprio Dr. Considera, que disse que tá tudo normal. Tá aqui, uma evolução... eu trabalhei com dados a partir de 94, por conta da moeda. Mas de 94 a 99, medicamentos com 330% de reajuste. E esse não é o dado da Fazenda, que levou à briga, não é o dado da Saúde, que levou o Ministro da Saúde a brigar com o Ministro da Fazenda, não! É o dado da própria Fazenda e que nos foi obtido. Então, eu... eu gostaria de propor — eu já estou concluindo — que estudássemos a.. a.. a possibilidade de termos aqui um grupo de pessoas independentes. Ou auditores aposentados, talvez — vamos buscar na ANFIP, quem sabe? —, numa colaboração, na Associação dos Fiscais, pra que nos ajudem, técnicos, contabilistas, conselhos regionais, pra que nos ajudem na coleta e sistematização desses dados. E por fim, Sr. Presidente, por fim, em relação às audiências públicas, aí acho, sim, que nós vamos ter que fazer uma outra reunião nessa semana ainda deliberativa pra fazer uma triagem do que é importante ou não. Eu ouvi, com muito prazer, o Relator falar que já está trabalhando na política industrial. Fizemos tantas, e eu considero importantes, audiências públicas até agora, mas nenhuma pra tratar de política industrial. E o Sr. levantou esse problema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como não? Nós... a visita... o Dr. ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Única e exclusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... o Dr. Alcides... o desenv... o Secret... o Ministro de Desenvolvimento foi...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, ele falou da necessidade de uma política, mas ele não trouxe proposta, ele não trouxe maiores. Ele não trouxe maiores elementos pra que trabalhássemos. E eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas nós, nós nos queixamos de vez em quando pelo sim e pelo não. O Ministro foi de uma humildade toda, entendeu, importante.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito, perfeito, e eu até saudei-o aqui no momento. Saudei-o, coisa que não é comum. Mas pela sua preocupação, né...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom, é verdade.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...fiz uma saudação a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom, obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas nós, Sr. Presidente — eu estou concluindo — nós precisamos discutir. Aí tem um requerimento que chama o pessoal do setor da indústria de química fina, que é quem trabalha com isso, e mais alguns teóricos pra discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, fazer a triagem pra que votamos, votemos os requerimentos de convocação na próxima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá. V.Exa. quer uma reunião oportuna, né? Tá. Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero concretamente propor que nós cancelemos as audiências públicas desta semana e que, amanhã, V.Exa. convoque uma reunião junto com os Vice-Presidentes, o Relator e os Sub-Relatores, e nós tenhamos a responsabilidade de, na quinta-feira, trazer uma proposta para os 55 dias que faltam para esta Comissão.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Muito bem, muito bem. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tá aprovado, porque eu não botei em votação coisa nenhuma ainda. Não tem aprovação nenhuma ainda. Com a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, essa reunião começou com o autor do requerimento fazendo uma avaliação com os correspondentes esclarecimentos que o senhor e o Sr. Relator avaliaram por bem fazer. Evidentemente que é um debate que cabe a toda a CPI.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Tá certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E, nesse sentido, eu quero dizer que é importante que tenhamos as informações que os senhores passaram, mas eu continuo com algumas dúvidas, que quero externá-las, pra que possamos

debatê-las. A assessoria, em maior número ou menor número, ela, até o momento, ela tem que cumprir com as obrigações de praxe, que é orientar e dar subsídios ao Presidente e ao Relator. Mas, salvo engano, os demais Deputados da CPI não têm, digamos, a possibilidade de trabalhar junto com a assessoria. Acho que esse é um nó que nós devemos desatar.

(Não identificado) - Tá certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Porque evidentemente que o Relator, ao preparar o seu relatório, que já tá sendo feito, ele tem uma estratégia em mente e que ele tá, digamos, dando-lhe uma estrutura e, evidentemente, tem que se socorrer da assessoria. Perfeito. Isso nós podemos colaborar ou não; podemos concordar ou não; podemos ter outras necessidades ou não. E isso eu penso que seria um objetivo desta ou de outra reunião, mas nós temos que ver como é que a gente pode entrar e beber dessa sabedoria da assessoria ou até pra gente poder realizar determinados tipos, digamos, de conclusões que às vezes não temos. Isso é um ponto. O outro ponto é que o Sr. Relator tem razão. Nós aprovamos um roteiro, e ele admitiu, e eu queria reforçar, propondo que nós em algum momento ouvíssemos do Sr. Relator ou da Presidência: "Olha, o roteiro aprovado é este". Porque eu creio que do início da CPI até agora todos nós aprendemos aqui e, com certeza, nós teríamos mudanças ou sugestões ou acréscimos ou diminuições a fazer. Isso resulta — e a Deputada Vanessa relembrou —... Há tempos que nós viemos defendendo que nós poderíamos ou selecionar determinadas audiências públicas, sem negar-lhes a importância eventual, mas se a CPI continuar ouvindo, ouvindo, ouvindo, nós podemos ser surpreendidos por nós mesmos, ao final, que nós não fizemos outro tipo de trabalho.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Muito bem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, eu acho que isso merece uma avaliação entre nós, sem negar os méritos. Eu não tô aqui pra fazer julgamento, até porque não aceitaria que fizessem do meu trabalho. Cada um faz o que acha que é correto, não é? O terceiro ponto. Eu acho que há requerimentos pendentes — acho não, tem. E nós temos adotado um plano de trabalho que é: aquilo que o Sr. Relator concordar, votamos imediatamente; aquilo que ele tem que avaliar, fica pras chamadas reuniões polêmicas. Então, eu queria sugerir ao Sr. Relator que pegasse todos os requerimentos e desse, digamos, uma limpada na

área e que fizesse em blocos: "olha, concordância, dúvidas, discordância frontal", pra que o conjunto da CPI possa, digamos, ter domínio do que falta ainda.

Quarto ponto — e aqui não no sentido da lamúria, mas eu acho que nós temos que ter alguns cuidados entre nós. Jamais eu aceitaria impunemente levantar intenções sobre algum Deputado sem prova — digo intenções ruins —, mas também nós não podemos aceitar que determinadas intenções sejam imputadas por serem aparentemente menos ofensivas. Em alguns debates aqui atribui-se, sei lá, talvez à Oposição ou àqueles que defendiam quebra de sigilo, a intenção de fazer um alarido, e isso traria prejuízo para o trabalho da CPI. Veja, isso dá a condição de qualquer Deputado que estivesse defendendo — e nunca fizemos abertura de sigilo —, atribuir àqueles que não defendiam naquele momento a quebra de sigilo a condição de vendido ou algo que, digamos, que não tão rude, mas que também levantasse uma insinuação. Eu tô dizendo isso, porque essa reunião, ela não cria um pacto entre nós, a não ser o respeito, a não ser um plano de trabalho. Porque, em dado momento, qualquer um de nós pode ir na tribuna da Câmara e deve fazê-lo, caso julgue necessário, um balanço da CPI e vai responder por tudo aquilo que disser, como todo mundo aqui responde. Então, eu acho que temos tempo, temos um trabalho realizado e temos um longo trabalho pela frente. Senão, a gente fica com um longo passado pela frente, o que é ruim. Então, eu penso que esse pacto de trabalho, de respeito mútuo e, evidentemente, com a avaliação política que ninguém tem, que ninguém quer ter igual, não é verdade, eu acho que isso resultará com certeza num melhor balizamento. Quero encerrar dizendo que, por parte da assessoria da CPI, naquilo que tenho procurado, dos limites que é a função, não tenho nenhuma queixa, até porque eu acho que, às vezes, a gente observa que há uma sobrecarga. E, se for sobrecarga, queremos colaborar pra que ela diminua e haja mais funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra a nobre Deputada Almerinda.

A SRA. DEPUTADA ALMERINDA DE CARVALHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, embora já estejamos aqui há duas horas e meia, mas eu acho que foi muito importante essa discussão toda, né? Acho que lavamos um pouco de roupa suja, mas eu acho que realmente ficou esclarecido alguns dados, inclusive o Relator falando do... do andamento, né, da... das conclusões que ele já chegou, embora nós não tenhamos ainda acesso a essa documentação. E eu também concordo que

devemos limitar um pouco as audiências. Devemos realmente fazer uma seleção dessas audiências e colocar em pauta os nossos requerimentos, inclusive requerimentos atrasados. Eu mesma tenho um, Sr. Presidente, que requer a criação de uma Subcomissão pra fazer uma investigação no Rio de Janeiro, que é a minha cidade, no Município de Teresópolis. E eu acho que é um assunto que requer uma certa urgência, até porque nós temos que aproveitar o momento, porque, senão, depois a coisa já se perde. Então, eu gostaria de pedir ao senhor, não sei se hoje vai haver tempo, pra que esse requerimento seja colocado em votação, mas se for, eu gostaria muito de já termos uma definição nesse caso, nesse requerimento. Seria só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros da CPI, primeiro eu queria cumprimentar tanto o Presidente quanto o Relator pelo esforço que têm feito no sentido de um bom andamento dos trabalhos da CPI. Eventuais equívocos ou erros devem ser debitados a toda a Comissão e não à Presidência ou à Relatoria, até porque o roteiro de trabalho foi aprovado por toda a Comissão. Então, na verdade, nós temos que saber fazer o **mea culpa** individualizado e não querer responsabilizar a Mesa da Comissão por esse eventual equívoco que possa ter ocorrido, com o qual não concordo. Até porque eu acho que o genérico só está sendo comercializado na praça por causa desta CPI, senão ainda estaria em estudo, estaria no teste de bioequivalência, de biodisponibilidade e não estaria disponível efetivamente para o consumo. A própria questão da distribuição dos chamados BOs, foi a partir desta CPI que alertamos toda a população efetivamente do que tem acontecido. E, rapidamente, pra não me prolongar, porque acho que nós perdemos tempo demais aqui falando de coisas não práticas, caminhando na tese do Deputado Geraldo Magela, só que eu queria fazer uma proposta parcial. Eu acho que nós devíamos desconvocar os três convocados que dizem respeito à ata, mas manter as outras convocações, o da distribuidora, que é por outras razões que estão convocados. Concordar com o Deputado Geraldo Magela, porque se nós mantivermos a convocação dos três, nós iremos completar os demais dezoito ou dezenove que estão faltando e aí nós poderemos efetivamente perder algum tempo. Então, propor a desconvocação dos três referente à ata, mantendo as outras convocações, que dizem respeito à

distribuidora, e apenas fazer uma colocação, Sr. Presidente. Eu procurei entender por que que a convocação dessas pessoas tinha acontecido e supus que fosse com base, é, na ata. E realmente dois dos nomes convocados estão na ata. Está na Ata o Aluizio Rodrigues de Oliveira, da Bristol-Myers-Squibb, e está na ata Antonio Francisco Ianni, da Glaxo-Wellcome. Mas não tá na ata o Sr. Antonio Carlos Sales, e eu fui descobrir o porquê. Ele está citado num requerimento do Deputado Eduardo Jorge que não foi aprovado. Ora, Sr. Presidente, se um requerimento não foi aprovado, o nome que foi convocado com base no requerimento do Deputado Eduardo Jorge regimentalmente está em desacordo. Então, era essa a observação que queria fazer à Mesa e manter a convocação dos demais, transferindo o conjunto dos envolvidos da ata para o momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Deputado José Ronaldo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que tudo o que tem acontecido nessa CPI tem sido extremamente positivo. Claro, um equívoco aqui ou acolá. E acho mesmo, Sr. Presidente, V.Exa. hoje, quando aqui falou, não prestando contas ou até mesmo, assim, depois do início desta reunião, mas extremamente importante pra que a gente tomasse até conhecimento de alguns fatos, de algumas atitudes que a Mesa e que a Presidência vinha tomando. E na exposição que V.Exa. fez nos preocupou a questão dos assessores, quando V.Exa., com a clareza com que fala, com a franqueza com que fala sempre, todas as vezes que ocupou esse microfone, disse que assessores colocados à disposição no outro dia entrava de licença ou no outro dia não comparecia por esse ou por aquele motivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Razões sempre justificadas amplamente, legalmente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Exatamente. Legalmente. No entanto, mesmo justificadas ou legalmente, isso nos preocupa. E aí, aonde eu acho que V.Exa., com a autoridade de Presidente e devidamente autorizado por toda a Comissão, deve justamente encontrar os meios, com a Presidência da Casa, não é, a quem cabe nos dar apoio na condução dessa CPI, justamente mais assessores ou assessores que não tenham esses tipos de problema: de chegar num dia e no outro dia já não tá podendo trabalhar. Eu quero dizer aqui a V.Exa., Sr. Presidente, e a todos os Parlamentares sobre a proposta do Deputado Geraldo Magela, que

todos nós, no início desta Comissão, nos preocupamos com as audiências e todos nós, na primeira ata ou na segunda ata, colocamos aqui a nossa preocupação sobre as audiências. No entanto, todos que aqui estão vindo foram provocados por um requerimento de um Parlamentar aprovado por este Plenário. E os que estão convocados para quarta e quinta-feira são exatamente em cima deste procedimento. Ora, esses requerimentos foram da autoria de algum Parlamentar. Então, é preciso que estes requerimentos e estes Parlamentares que apresentaram esses requerimentos sejam ouvidos hoje ainda sobre essa questão, antes de qualquer votação, porque se esses Parlamentares apresentaram esse requerimento, convocando fulano ou beltrano, o cidadão a ou b, é porque têm algum motivo. Então, se não há o motivo, tudo bem. Agora, é preciso que sobre os outros requerimentos aprovados, que haja também essa discussão, para que, se alguém vem aqui contribuir, é claro que é importante que venha enriquecer o debate e...os dados para a Comissão. Agora, se é para apenas mais um debate e não trazer contribuição nenhuma, claro que eu sou totalmente favorável à suspensão de todos que foram aqui convocados, que virão a ser convocados dentro dos requerimentos aprovados nesta Comissão. É muito importante que faça isso, que procedamos dessa maneira, em respeito a tudo que aconteceu aqui na Comissão até o momento, não é? Eu quero aqui até dizer que quando surge uma...aqui não existe menino, todos aqui são homens experientes na vida. Se não são experientes no Parlamento, são na vida, né? Então, eu acho perfeitamente que, diante de todas as colocações que são aqui feitas, se procura e se consegue sucesso até mesmo quando a gente erra. Então, eu concordo plenamente que essa CPI tem pontos extremamente positivos, existem pontos positivos. V.Exa. está carregado de razão quando apresentou esses pontos positivos, que eu concordo plenamente. Agora, concordo plenamente que nós devemos nos reunirmos e buscarmos caminho para os 55 dias que estão faltando. Isto é extremamente importante. Que eu não concordo que esteja existindo alguns tipos de debate, a não ser...de discussão, a não ser que a gente venha e coloque aqui o porquê da importância desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Com a palavra...obrigado a V.Exa., Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Luiz Ribeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna, inclusive, com muita vergonha. Eu sou Deputado da cidade de Teresópolis, onde fui

eleito. Cidade linda, maravilhosa, (*ininteligível*) de Deus e da CBF. E a semana passada foi, como todos os Deputados, todo o Brasil...ficamos pasmos com as notícias que vinham da grande imprensa, dizendo que lá em Teresópolis... vendia-se...havia um grande esquema de venda de remédio do SUS. Essa...foi levantada pela Deputada Almerinda, na semana passada ainda, a necessidade, a prioridade, a necessidade...a maior prioridade que nós possamos dar à ida de uma Comissão a Teresópolis, uma Subcomissão a Teresópolis, para desvendar um grande — e vocês vão ver durante...quando eu for percorrendo — um grande esquema montado dentro do Rio de Janeiro. De todos os presos que eu conversei, eles citaram que havia um homem, que ele ia...que fazia a intermediação, chamado José Maria. O Seu José Maria é um rapaz que anda de muleta, é aposentado do Estado. E o Seu José Maria, através do seu advogado, que ligou pra mim, disse que não vai se apresentar porque está com medo de morrer. Os jornais, sindicatos, o conselho de saúde vêm denunciando a muitos meses atrás essa corrupção, corrupção nas verbas da saúde e também que existia uma caixa preta na vinda...desde a vinda dos remédios até a cidade até a chegada deles nos postos de saúde. Tudo isso mostra...E uma outra declaração importante...outra também importante, Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores e senhoras, Sras. e Srs. Deputados. O próprio Secretário de Saúde, que é o Dr. Paulo Camandarola, estudou comigo na Faculdade de Medicina, numa declaração prestada dentro do Conselho Municipal de Saúde, do qual ele, como Secretário, é Presidente, disse: "Eu vou morrer, se eu falar o que está acontecendo com a questão dos remédios na minha cidade". Essa...tudo isso tá documentado, eu tive...tomei a liberdade, Sr. Presidente, de trazer denúncias feitas pelo Conselho... pelos Conselhos...Conselhos Comunitários de Saúde, denúncias feitas também pelo Sindicato dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Teresópolis, preocupados com o que tava acontecendo, que remédio, dinheiro...se comprava, o remédio não chegava. E também uma outra coisa muito importante que encontramos, muito diferente da normalidade que encontramos em Teresópolis: o Secretário de Saúde, quer dizer, o ordenador de despesa, ele é também, ao mesmo tempo, é Diretor do Hospital das Clínicas, que é o maior...maior hospital que tem...que tem convênio com o SUS, e também Presidente do Conselho...Presidente do Conselho Municipal de Saúde. Ou seja, ele ordena, ele emite a nota, pra cobrar ao SUS, ele dá o cheque, ele assina o cheque como Secretário e depois autoriza como Presidente do

Conselho Municipal de Saúde, o.k.? E como são duas pessoas aqui que estão realmente com medo de morrer, daí a importância e a necessidade de encaminharmos logo a Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Tem a palavra o nobre Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu acho que a CPI avançou. Avançou muito, Deputado Neuton. Tá mobilizando a sociedade; a mídia tá apoiando; nós tamos nos reunindo; a história da política de remédio nesse País vai mudar. E já está mudando a partir da CPI e da Lei dos Genéricos. Isso é indiscutível, é indiscutível. Agora, nós temos um volume de material pra analisar. Então, eu concordo que se reduza...que se reduza o número de convocados, realmente eu concordo. E também, Sr. Presidente, eu gostaria que, se for necessário — e parece-me que é —, pelo art. 36 do Regimento, a CPI pode exigir que uma... que o Executivo federal libere os seus funcionários. Então, se nós oficiarmos... se nós pudermos oficializar ao Everardo Maciel que precisamos de dez fiscais ou cinco fiscais, ele vai ter que rever...rever obrigatoriamente a justificativa que ele deu, sob o ponto de vista de remuneração. Me disse o chefe da... um assessor legislativo que o art. 36 permite. Então, vamos pedir dez fiscais e vão ficar à nossa disposição, pra analisar aquele montão de material. Senão ficamos desmoralizado, realmente desmoralizado. Eu tenho certeza que o Secretário Everardo Maciel irá... irá atender. Senão nós vamos tomar outras medidas. Se a informação que o funcionário graduado da Câmara nos deu... Então, eu proponho que se faça um ofício ao Everardo Maciel, solicitando dez fiscais, pra que se analise tudo aquilo lá, aqui. Já que o senhor quer que seja aqui. Aqui, pra que nós tenhamos, em uma semana, ver o que existe, né? Se tem gato ali ou não tem gato. Era isso, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Deputado Mosconi.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, eu entendo que esta reunião está sendo muito positiva. Acho que o Deputado Alceu Collares foi feliz até em propor esta reunião fechada, pra que a gente pudesse ter um momento aqui de reflexão, pra saber o que que nós queremos dessa CPI. Eu também tenho essa preocupação, Sr. Presidente, Sr. Relator, em razão das CPIs anteriores, que são inúmeras, nessa

mesma área de medicamentos, que não levaram a lugar nenhum. E nós observamos nesta CPI, no andamento dessa CPI, a complexidade do assunto. E, de repente, nós vamos ser envolvidos por essa tamanha complexidade, que um assunto como este suscita. E nós já vimos também, durante esse trabalho, Sr. Presidente, Sr. Relator, as irregularidades que podem existir. Então, é bom que a gente faça essa reflexão, Sr. Relator, porque o que que nós vamos querer com essa CPI? Quer dizer, nós vamos apontar criminosos? Nós vamos provar que tais e tais pessoas, tais e tais empresas, tais e tais laboratórios são... eles cometem crime? Esse que é o papel da CPI? Isso é o que nós queremos? Porque se for esse o caminho que a gente vai seguir, nós não vamos ter tempo. Nós vamos passar aqui uma década e talvez a gente não chegue à conclusão definitiva. Quer dizer, então, é preciso saber o que que nós queremos, porque, se não, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Se nós... Aí, eu entendo o seguinte: se nós... Vamos definir o que que é...o que que seria importante para o País que a gente pudesse encontrar nessa CPI. Existe a prática do cartel? Esse é um bom caminho pra gente seguir. Cartel contra o Brasil. É isso...esse é...uma questão. Porque se existir a prática do cartel, tá provado que tem cartel, nós vamos mandar isso pra Polícia Federal, pro Ministério da Justiça, pro Ministério Público, pra quem de direito, pra poder tomar as providências. Nós vamos...

(Não identificado) - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Isso. Nós vamos descobrir aqui, Sr. Presidente, que existe superfaturamento na importação de medicamentos básicos, de matéria-prima...Eu acho que são essas as questões maiores, Sr. Presidente, Sr. Relator, que eu acho que compete a nós descobrir, detectar. Se for pra descobrir... Olha, nós já descobrimos lá em Uberlândia que tem falsificação de medicamento. Agora, será que é só lá em Uberlândia que tem falsificação de medicamento? Não é, seguramente não é. Tem uma linha aí de falsificação de medicamento nesse País. Agora, se for da nossa responsabilidade descobrir isso, nós tamos perdidos. Nós já descobrimos que lá no Paraná tem farmácia que vende remédio roubado. Pois bem. Então, vamos atrás desse negócio aí. Não é...não vai ser nosso papel procurar, de farmácia em farmácia nesse País, se eles estão vendendo remédio roubado. Nós já descobrimos o principal, me parece: que tem farmácia nesse País que vende medicamento roubado. Pois bem. Então, eu acho que esta questão, Deputado Alceu Collares, nessas questões maiores...

(Não identificado) - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Exatamente. Eu acho que essa que...esse que seria o rumo que nós deveríamos tomar, Sr. Relator. Bom...agora, não me parece mais conveniente, Deputado Alceu Collares, Presidente, que a gente fique aqui fazendo audiência pública mais. Não dá mais. Não vamos...não vamos chegar a lugar nenhum. A não ser que a gente fale: "Bom, vamos apontar que o tal laboratório, que tal empresa tá cometendo crime". Se for esse o nosso papel, nós vamos ficar aqui a vida inteira ouvindo os laboratórios. Se não, vamos nos dedicar, Sr. Presidente, vamos nos dedicar a essas questões maiores. E aí nós vamos estar fazendo um grande serviço ao País e vamos estar dando um rumo, um rumo conveniente e competente que esta CPI precisa tomar em termos definitivos. Então, eu estou de acordo com a proposta do Deputado Magela e com a proposta do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Vamos suspender imediatamente, até as de amanhã, se for o caso, as audiências públicas programadas, e vamos nos dedicar a esse trabalho, que é um trabalho muito mais abrangente e muito mais amplo que compete a nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Iris Simões.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Rapidamente, Sr. Presidente. Eu não lembro qual o Deputado que deu esta idéia: o Sr. Relator, Deputado Ney Lopes, fazer um apanhado de todos os requerimentos, seja quebra de sigilos bancário, telefônico e fiscal, ou seja também...foi o Deputado Arlindo Chinaglia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O apanhado tá aí na frente de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Não, não, Sr. Presidente. Era no seguinte sentido: os...aqueles que são de consenso...passar pra cada Deputado, Sr. Presidente, porque, num primeiro momento, a CPI chegou numa determinada encruzilhada em que nós tivemos alguns indícios. E hoje a gente vê que nós temos que...que a nossa linha, o eixo são os laboratórios, as distribuidoras e o comércio praticado por cinquenta mil farmácias no País, né? Nós tivemos em Curitiba e eu passei...conversava com o Relator na questão do relatório que o Vicente, o Deputado Vicente Caropreso entregou a esta Mesa. E nós ainda não fizemos os requerimentos até porque, por bom senso, Sr. Presidente, consultamos o Sr. Relator, pra ver a viabilidade daqueles que são necessariamente...necessários, que a Subcomissão entregue à Mesa. Porque, senão, nós vamos encaminhar dez,

quinze requerimentos de quebra de sigilo, enfim, e outras coisas que não têm necessidade. Então, era esta a questão, Sr. Presidente, que eu gostaria de colocar. Eu tenho certeza que nós avançamos. E eu acho que nós chegamos, neste momento, a um momento de pensar em que sentido avançar muito mais e com eficiência. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Eu...eu vi...

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Eu acho que nós temos que limitar as audiências públicas, mas tem algum segmento que nós não pesquisamos absolutamente nada. Nós procuramos só medicamento; nós não fomos atrás ainda dos insumos hospitalares, da hemodiálise, das próteses cardíacas, da prótese ortopédica, da neurocirurgia. Que isso é um...há um volume de dinheiro muito grande envolvido nisso. Inclusive tirando do SUS uma porcentagem muito grande do seu orçamento. E são coisas que têm que ser vistas. Eu acho que, nesse campo, nós temos que ter audiência, sim, e temos que pesquisar alguma coisa. Já tem requerimentos nesse sentido aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Eu vou tentar, rapidamente...

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Luiz Bittencourt, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ BITTENCOURT - Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma observação. Me preocupa muito todas as colocações que foram feitas aqui. É evidente que a preocupação do Deputado Alceu Collares é de todos nós. Mas por outro lado, além das questões que nós já levantamos aqui, a CPI tem apresentado um resultado extraordinário, no meu entendimento. Muitas medidas foram tomadas, muitas decisões estão acontecendo, em função do que nós estamos debatendo aqui, mas alguns pontos me parecem que são bem claros, e que, por parte do Relator, por parte de todos nós, deveria merecer uma atenção um pouco diferenciada. Eu entendo, Sr. Presidente, que já ficou bem claro, pra todos nós, que um dos maiores estrangulamentos na formação desse preço, do aumento de preço, do abuso do preço, é a questão da sonegação fiscal. Há uma ação

direcionada, estruturada, no sentido de sonegar impostos. E essa sonegação é que vem promovendo esse crescimento acelerado do faturamento da indústria farmacêutica. Alguém afirmou aqui num depoimento que vendem um produto, uma mercadoria, mas entregam cinco, seis vezes mais do que aquilo que tá discriminado na nota. E as farmácias não têm interesse de vender com nota, jogam a nota fora. Isso foi falado aqui claramente: jogam as notas fora, pra que possam, não pagando imposto, aumentar o seu faturamento. Então, eu entendo que nós temos que fazer aqui uma reflexão com relação à questão da sonegação de impostos. Eu havia feito uma colocação, logo no início dos trabalhos dessa CPI, que nós tivéssemos o auxílio de uma auditoria independente. Eu não sei se a Casa pode ou não promover esse tipo de apoio, mas eu não vejo outra saída, se nós não tivermos uma auditoria independente pra nos auxiliar aqui. A Deputada Vanessa colocou a possibilidade, e eu vejo extremamente importante também neste momento, de nós fazermos um trabalho conjunto com o Conselho de Contabilidade, com o Sindicato dos Auditores e dos Fiscais, enfim, buscar uma assessoria paralela aí, pra nos auxiliar. Não um documento, talvez de conhecimento específico apenas da CPI, mas de avaliação das informações que nós temos aqui já e muito acumuladas. E um outro aspecto, Sr. Presidente... eu recebi uma denúncia, anteontem, que é a questão da distribuição do medicamento, do ponto de vista físico. Hoje existe um controle do transporte do medicamento no País, que não se permite a integração com várias empresas, e oitenta por cento do medicamento distribuído, ele é mal acondicionado, os caminhões-baú chegam a ter temperaturas de até sessenta graus, o que altera, e muito, a qualidade do produto que é comercializado na maioria das farmácias do Brasil. Então, são aspectos que, como foi colocado aqui pelo Deputado Márcio Matos, a CPI também tem que voltar a enfocar. Nós concentramos muito no objeto do remédio propriamente dito, no preço do remédio. As informações elas estão já num ponto extraordinário, mas nós temos que voltar a enfocar algumas outras questões paralelas, que são extremamente importantes, entre as quais eu destaco aí essa questão do acondicionamento do medicamento, pra transporte. Então, eram essas observações. Quero também registrar a forma com que V.Exa. tem conduzido os trabalhos. Evidentemente, com muitas discussões, com...o conflito de discussões que existe aqui, mas V.Exa. tem tido, apesar de tudo, a tolerância, pra fazer com que esta CPI possa caminhar no caminho do consenso, e nós possamos chegar sempre a um bom termo e resolver as nossas questões de forma positiva,

fortalecendo o trabalho de todos os Deputados que compõem o conjunto dessa CPI. Então, Sr. Presidente, ficam aí as nossas colocações e a sugestão, pra que nós possamos concentrar na questão da sonegação fiscal, uma fiscalização sobre o problema do transporte, do acondicionamento e o superfaturamento que deve também ser avaliado na questão dos laboratórios oficiais, porque eles também compram produtos importados. E não se levantou essa questão aqui ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Tem a palavra o último orador, Deputado Max Rosenmann.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN - Sr. Presidente, senhores colegas da Comissão, da CPI, eu acredito, Presidente, que o encaminhamento que nós tivemos até o presente momento, eu acho que foi muito positivo, pela forma com que V.Exa. conduziu os trabalhos. Porque, com raras exceções, que é o caso do Mosconi, que além de médico, teve a oportunidade de dirigir o Ministério da Saúde, um dos órgãos mais importantes, pessoas que já eram qualificadas nessa área de saúde, mas grande parte dos membros da Comissão não eram e não são especialistas no assunto de medicamento, acabaram sendo trazidos à Comissão. E pela forma com que nós viemos discutindo os assuntos até o presente momento, permitiu, pelo bom senso político que cada um tem, pela prática de podermos compreender as coisas, hoje já deu pra dar um conhecimento e até uma certa...indícios em vários pontos, que permitem hoje organizar. O Deputado Collares fez um alerta positivo também, no momento em que ele pediu uma metodologia. O Relator, que vem relatando, que está preparando o relatório, certamente deve ter uma metodologia que ele pretende explicitar e aí, nesses sessenta dias, que foi prorrogado, eu acho que nós podíamos formar definitivamente grupos e irmos em cima desses assuntos e podermos trazer, aí sim, à população brasileira, uma contribuição. Então, eu quero me...parabenizar com a forma que veio até agora. Acredito que essa reunião de hoje foi muito positiva em todos os sentidos. Essa questão da...independente de sonegação fiscal...isso, pra mim, sabe, não é o que me preocupa, porque eu acho que a Receita Federal...já existem uma série de órgãos. E a sonegação não é o ponto que nós temos defendendo, que é a defesa da saúde. Eu acho que a sonegação tem que ser combatida. Acho que é um dos pontos que devem ser atacados até, mas na minha concepção não é o prioritário, como a própria saúde das pessoas. Nós temos...no Brasil, nós não temos o Direito Consuetudinário, que é o Direito que tem na

Inglaterra, onde as pessoas costumam estabelecer o direito dos costumes. É costume no Brasil, e nós sabemos disso, que qualquer pessoa que se dirige a uma farmácia, ele chega lá e diz: "Olha, eu tô com dor aqui", e ele sai com o medicamento. Por que a "empurroterapia", essa forma toda com que tem havido todos esses anos, realmente é uma barbaridade que essa prática, que se tornou tão usual, que a gente já tá até acostumado, que, se tirarem de nós o direito de se consultar nas farmácias, pode ser até que tenha muitas pessoas que não gostem, já tão acostumadas a ir na farmácia, a obter medicamento de forma irregular. Os Estados Unidos — e isso eu citei aqui numa das ocasiões —, que tem mais estatística, que tem mais controle, eu...já me chegou às minhas mãos uma informação de que, nos Estados Unidos, com uma população de duzentos e setenta milhões de habitantes, morre um milhão por ano, por tomar medicamento indevido, ou por "empurroterapia", ou por automedicação. As pessoas chegam à morte. Não necessariamente em vinte e quatro horas, por uma intoxicação só, mas às vezes pelo costume, do hábito de tomar medicamento errado. Imaginem no Brasil o que morre de gente. Então, qualquer contribuição que essa Comissão, ao findar, traga à luz da nova prática, de nova responsabilidade...muito pouco se falou sobre a responsabilidade dos farmacêuticos, né? Os farmacêuticos são bioquímicos, eles se intitulam, quando estão dentro de uma farmácia, muitas vezes, como leitores de bula, eles se intitulam médicos. Então, eu acho que tá...realmente, o caminho tá certo. Vamos priorizar, de acordo com a maioria e de acordo com a orientação daquilo que o próprio Relator possa apresentar como prioridade, e vamos aí obter, nesse prazo que finda, sessenta dias, um resultado positivo ao País. Eu me parablenizo com a forma com que vem sendo conduzido até o presente momento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros dessa CPI. Gostaria inicialmente também de parabenizar a coordenação que está sendo dada aos trabalhos pelo Presidente e pelo Relator. E também elogiar essa iniciativa do Deputado Alceu Collares, dessa necessidade da introspecção e do nosso poder todo junto, de abstrairmos um pouquinho a respeito daquilo que está acontecendo e que já aconteceu nessa CPI, desde o seu início, dia 17 de novembro. Acho que essa...as ponderações feitas pelo Deputado Geraldo

Magela e também pelo Arnaldo Faria de Sá são bastante pertinentes e que reuniões como essas aqui...eu até sugeriria, mas não de uma maneira metódica. Quando for necessário fazer outras reuniões desse tipo, pra reavaliar pontualmente ou de maneira global os trabalhos da CPI. Acho que tenha que ser feito um resumo dos trabalhos até aqui realizados, definindo com isso até os principais vetores, ou seja, o direcionamento dessa CPI. Eu até gostaria de dizer ao Presidente que a minha assessoria de imprensa tem um resumo nesse sentido e que eu poderia contribuir para esta Comissão Parlamentar, com todos os Parlamentares, pra que pudessem analisar se o trabalho está sendo feito de uma maneira boa ou se poderia até sofrer algum tipo de melhoramento. Acho que até agora também muito se aprendeu. Só em nosso envolvimento com esse assunto tem movimentado todos os setores ligados à CPI, como qualidade de medicamentos; preço; a questão dos genéricos; a produção própria nacional; a produção de remédios alternativos por parte do Governo; a questão das patentes; falsificação; os inócuos aí sendo vendidos ainda em nossas farmácias; roubo de cargas; desvios da rede do SUS, agora, com essa...com esse... com essa nova bomba surgida lá em Teresópolis, que deve ser comum; o problema das distribuidoras; roubo de cargas; superfaturamento; bonificação; enfim, inúmeras coisas estão sendo levantadas no dia-a-dia e acho que estão mexendo com a opinião pública, com a imprensa e com vários elementos envolvidos em toda essa rede da política de medicamentos. Acho urgente a depuração dos requerimentos por parte do Sr. Relator, baseados no tempo que resta para essa CPI, e o que esses requerimentos poderão eventualmente contribuir com fatos novos. Verificar quais os pontos que ficaram para trás e que merecem esclarecimentos, principalmente — aqui eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que a Polícia Federal e a Polícia dos Estados têm que...nós temos que dar um direcionamento maior e mais rápido — algumas perguntas ficaram pra trás na investigação das diligências, das diligências de Uberlândia, pra saber como andam esses processos, e também da diligência de Curitiba, que ainda, infelizmente, eu não pude ter...a oportunidade de discutir aqui e até receber alguma contribuição dos membros desta CPI. Também gostaria que...fosse dado um tempo a isso. Acho que nós temos que ouvir o Sr. Relator, pra ouvir todas as necessidades que têm que ser tomadas...as providências que têm que ser tomadas em relação à diligência do Paraná, pois fatos graves aconteceram, e é a primeira vez que uma denúncia daquele tipo foi feita em relação à prática da

bonificação e também medidas urgentes têm que ser tomadas em relação a isso. Uma iniciativa que tomei e também não tive oportunidade de aqui discorrer, que eu até tive...e eu agradeço aqui mais uma vez publicamente a participação do Presidente da CPI, Nelson Marchezan...foi o amplo debate promovido na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que nós tivemos a oportunidade de promover a três semanas atrás, quando nós tivemos um proveito inestimável. E um fato positivo é que o próprio Ministério da Saúde já se faz interessado em desenvolver alguns investimentos em alguns pólos de excelência, pra controle de qualidade no Estado, e acho que isso poderia também servir de exemplo a outros Estados que tomassem essa mesma iniciativa. Não concordo que as outras CPIs não tiveram resultado. A própria formação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a própria Lei dos Genéricos foram motivo, até resultado, quase que como uma consequência das últimas CPIs. E acho também que o envolvimento das Assembléias Legislativas tem que ser alertado. Eles poderão ser um bom braço dessa CPI, pra até prosseguirem... todo o trabalho que nós pretendemos. Então, era isso. Acho que essa CPI já deu provas cabais à Nação, à opinião pública... a que veio. E acho que, em que pese até o inconformismo de alguns membros da CPI, acho que a CPI já deu muitos resultados, e os resultados finais serão muito relevantes. Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Sr. Presidente, pra uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Questão de ordem pra V.Exa.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Eu gostaria de solicitar a V.Sa. e ao Relator...da possibilidade de colocar em votação — aproveitar o nosso **quorum**, que é alto —, colocar em votação aquele pedido de requerimento...de requerimento da Deputada Almerinda. É esse que nós...nossa questão de ordem, Sr. Presidente, contando com a sua vênica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu... Antes de fazer, de tomar essa providência, eu vou tratar dos assuntos pra qual foi convocada essa reunião, que... é o seguinte: eu ouvi todos os Srs. Deputados, e a questão que se coloca é que... a grande questão é a seguinte: eu havia ouvido da imprensa reiteradas vezes que nós não íamos ouvir os grandes. Amanhã, quando... nós vamos começando a ouvir os grandes, nós acabamos suspendendo, entendeu?

Bem, primeira questão. Segunda questão: a Presidência convocou essas pessoas. Tem pessoas que já estão se dirigindo pra Brasília hoje. Estão vindo pra Brasília. Agora, nós vamos suspender de ouvir essas pessoas. Tem até uma sugestão do Presidente da Câmara, que eu acho que não é uma ordem, é uma sugestão, pra não convocar reunião pra amanhã, entendeu? Bom, nós já tivemos aqui um depoimento que não ficou bem pra CPI, da Panarello, opinião e tudo. Nós temos duas...dois distribuidores pra amanhã. Nós vamos suspender isso, entendeu? Eu...eu não vejo...eu acho que...eu acho que não é nada tão abrupto, quer dizer, o mesmo Deputado que pede pra não ouvir os relatório é o Deputado que apresentou. Então, veja...Eu acho que a ponderação do Deputado Magela...Deputado Magela, V.Exa. está...mas eu queria apenas ponderar que, se nós não fizemos audiência...Bem, nós mandamos uma Subcomissão, pra ver o superfaturamento de São Paulo. Nós temos convocado pra quinta-feira uma concorrência que teve resultados extraordinários do Rio, que podem ser confrontados com o depoimento do Rio Grande do Sul. Quer dizer, pessoal, eu não entendo. Nós temos colhendo dados, pra entender. Eu não entendo como, de repente, a gente emocionalmente pára tudo e...entendeu? Então, veja o seguinte...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não é isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pára um pouquinho, Srs. Deputados. Nada impede que nós convoquemos reuniões à noite, desta Comissão, pra discutir os temas, mas eu acho que, por exemplo, os dois, no mínimo os dois...os dois distribuidores deveriam ser ouvidos amanhã...

(Não identificado) - Concordo. Tudo bem. Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...sob pena, sob pena de nós...entendeu? Não é? Podíamos ouvir. Se querem suspender estes aqui, porque o Deputado, o Deputado Magela me coloca...quando eu entendi...só, só...eu tô explicando. Um minutinho. Quando este requerimento foi aprovado, e esse requerimento é o mesmo do...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...Eduardo Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...Deputado Eduardo Jorge. E o Deputado Eduardo Jorge relaciona os nomes, e este não relacionava, eu entendi como requerimentos similares, não genéricos, mas similares. E, então, entendi de aprová-lo...e tomei estas pessoas. O Deputado Magela me dá a

entender que gostaria de ouvir os Presidentes, os Presidentes desse laboratório. Então, eu acho que a gente podia suspender realmente isso e reexaminar, entendeu? Porque esta tomada de dados desses depoimento, Deputado Alceu, eu considero importantíssimo pra representação perante o Promotor Público, da coleta de dados nossos, entendeu, pra depois remeter. Como tinham sido convocados todos, por que que eu ia fazer uma representação, se nós estávamos coligindo dados? Veja que as coisas têm...têm o seu nexos, têm a sua razão de ser, entendeu, jurídica.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, em razão da... da sugestão da Mesa, que amanhã não tenhamos reunião, que ela acaba coincidindo com a nossa proposta aqui, suspender as convocações de amanhã e manter as de quinta, que já estão convocado...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Mas antes de quinta, Sr. Presidente, me permite. Eu...na de quinta nós temos o Sr. Ronaldo Gazolla, Secretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, que pode até trazer contribuições, mas me desculpe. Não, não, não acredito que traga absolutamente nada, não. Aí vem o Presidente do Laboratório Neo Química, o Presidente do Laboratório Teuto, o Presidente da Biolab Sanus Farmacêutica e mais dois Presidentes da Barrier Comércio e Serviço e o Presidente da Medita Representações. Sr. Presidente, eu quero fazer uma ponderação a V.Exa., com todo o respeito, porque eu quero dizer aqui que não compartilho da visão pessimista que alguém possa ter levantado, mesmo achando que ninguém levantou a visão pessimista. Acho que a preocupação que permeia a composição desta Comissão é o que fazer nos próximos cinquenta dias, nos próximos cinquenta e cinco dias. Nada mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas não há nenhum impedimento entre uma coisa e outra, Deputado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, Sr. Presidente, na verdade, eu quero mostrar que vir aqui dois distribuidores novos...eu quero até vir participar da audiência, mas duvido que eles tragam qualquer dado novo, além do que já foi colocado pelo Presidente da ABAFARMA e da Panarello. Eu considero que, se nós tivéssemos um cronograma de trabalho, onde...pudéssemos analisar documentos e, em cima do que nós analisarmos, chamar só aqueles...Por exemplo, eu fiz a proposta de chamar vinte e um laboratórios, mas eu posso chegar aqui e me

penitenciar e dizer: "Olha, eu acho desnecessário vinte e um, mas precisamos apenas ouvir dois ou três e centralizarmos em cima dos dois". Eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas V.Exa. vê como é difícil fazer um roteiro. Se um Deputado...a responsabilidade de V.Exa. vem e depois de ficar o requerimento muitos dias, é submetido e aprovado, e depois se muda. Quer dizer, como é que o roteiro...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu queria que o senhor dissesse qual a data do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O requerimento de V.Exa. é do dia 8 de fevereiro.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Oito de fevereiro, o que significa que nós estamos há mais de quarenta dias, após a data que ele foi protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ele foi apresentado, mas ele não foi aprovado nesse dia, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu sei, eu sei. Eu quero é dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ele foi aprovado no dia 1º de março.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero é dizer que, de lá pra cá, a CPI caminhou tanto e tão bem, que pode ser que ela tenha que caminhar em outro sentido. O que eu quero ponderar a V.Exa. é que todos os que estão convocados pra amanhã podem ser avisados, para serem desconvocados pra quinta-feira. Eu confesso a V.Exa. que eu estou convicto, convicto. Posso estar equivocado, mas estou convicto de que a CPI, pelo que ela quer prestar de serviço à sociedade, vai ser muito mais produtivo, se ela planejar os próximos 55 dias amanhã, aprovar numa sessão aqui, quinta-feira, acatando a idéia de aprovar todos os requerimentos que forem consensuais, selecionando quem ouvir, e a semana que vem nós podemos fazer segunda, terça, quarta e quinta de audiência, sem problema nenhum, matando o que tiver que fazer audiência. Agora, só como uma força de exemplo, para completar, pra não roubar de V.Exa. a palavra que muito pacientemente me permitiu fazer-lhe um aparte. Sr. Presidente, a minha intenção é exclusivamente contribuir com a CPI. Eu acho... até retiro meu requerimento, se ele for empecilho, mas eu entendi que havia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu concordo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... uma grande maioria na Comissão que concordava com aquela visão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É a grande maioria que unanimemente aprovou, antes, o requerimento. Esta é a pergunta que se coloca, se coloca... isso está programado. Eu vou dispensar os requerimentos de V.Exa. Vou manter a convocação dos dois. Vou convocar uma reunião preliminar amanhã, às 9 da manhã, na sala 129, pra gente estabelecer, começar a conversar. Porque eu não vejo...129, porque essas Comissões vão estar...Eu não vejo como essa Comissão aprove requerimento por unanimidade. Então, vamos cancelar todos os requerimentos da outra semana. Aí tudo, tá tudo cancelado. É tudo sob revisão. Agora, eu não posso, como Presidente dessa Comissão, estar executando decisões unânimes, amadurecidas e tudo e mais e, de repente, desconvoca. Eu tentei mostrar que São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro fazem contexto de uma interligação, de uma apreciação de concorrências públicas de preços no País. Quer dizer, essas coisas estão interligadas, não é? Então, agora eu suspendo isso. Acho que não é... compreendeu? Pondero aos Srs. Deputados, eu pondero, Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, me permite uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -...e veja a concorrência do Deputado Linhares, que já tem Relator dos técnicos. Quer dizer, Deputado Linhares, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, dá pra nós termos elementos comparativos. Nós não trabalhamos sem cooperação nesse sentido, Deputado Magela. De forma que pode parecer, daqui a pouco, que tudo que se fez foi inútil, entendeu?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Presidente, por favor, não tenha essa visão das minhas palavras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, mas eu acho que nós devíamos manter, podíamos nos reunir amanhã, às 9h. Às duas horas da tarde, se o Presidente determinar a suspensão, eu suspendo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu acho que poderia consultar a Comissão, a opinião da Comissão, Sr. Presidente. V.Exa. tem dado demonstrações de ser muito democrático...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu coloco em votação, então. O que querem que eu faça?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, mas os três... os três, fica decidida a desconvocação dos três. Como amanhã à tarde, amanhã à tarde pode não haver reunião. O senhor já tá convocando pra amanhã cedo, às 9h, a administrativa. E até amanhã fica mantida a convocação de quinta.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô propondo à Comissão o seguinte: que a gente tome, não ao pé da letra, o requerimento do Deputado Magela. Primeiro, mantendo amanhã, pra completar esse programa dos distribuidores, que eu acho que nós tamos muito mal na entrada que fizemos nos distribuidores. E nós...recuar amanhã é ruim. Então, mantemos isso. Mas fazemos de manhã uma reunião na 129, às 9h. Uma troca informal de idéias, entendeu? Bom..

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas os três outros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -...nós retiramos os três, entendeu, retiramos os três, porque aí ocuparíamos muito. Amanhã de tarde vamos ouvir rápido isso...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com os três...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... prosseguimos a reunião. Mantemos quinta de manhã esse pessoal do Rio, que já está convocado, mobilizado. E nós vamos tentar fazer, quinta-feira, mais uma reunião antes, no sentido...da Ordem do Dia. Eu gostaria de pedir a todos os Srs. Deputados... vejam o seguinte: Srs. Deputados, eu queria ser prático, Deputado Magela. Se nós fizemos... veja: nós fizemos uma reunião — não é crítica nenhuma —, fizemos uma reunião hoje aqui reservada e tudo mais. Tudo que foi debatido aqui foi dito na tribuna da Câmara. É um direito que o Deputado tem, mas ela podia ter sido aberta, essa reunião. Podia ter sido aberta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Porque nós fizemos reservada e tal, foi tudo aqui debatido...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, a questão apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tenho receio nenhum disso, pessoal, eu não tenho receio de ir à tribuna...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - *(Ininteligível.)* ... procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... mas eu acho que pros trabalhos da CPI, eu queria ponderar isso: tem coisas que, no trabalho da CPI, que cada um de nós tem que ceder, em favor do conjunto. Se nós não cedermos, V.Exa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria dizer o seguinte: eu acho que, apenas a nível de procedimento... Eu não tô querendo discutir a decisão de V.Exa. Eu já acatei. Eu só queria ponderar uma coisa: seis depoimentos para quinta-feira, eu acho que tá muito pesado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas esses depoimentos serão muito rápidos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Serão? Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Serão muito rápidos, eu me garanto. Eu garanto a V.Exa. que serão rápidos. Nós vamos fazer uma primeira reunião amanhã, às 9h, de acordo com a sugestão do Deputado Magela, na sala 129..

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, a direção é todos os Deputados. São todos os Deputados. Todos os Deputados amanhã, às 9h, pra uma reunião informal. Agora, eu queria dar uma sugestão...queria dar uma sugestão. Deputado Magela, eu acho que cada Deputado...só...Perdão. Eu acho que cada Deputado devia fazer a sugestão. Têm os requerimentos, fazer uma sugestão do que deve fazer. Botar por escrito, pra gente tentar, tentar somar. Porque nós fazemos uma reunião, falam vinte Deputados, a gente não consegue fazer isso...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Presidente, eu só estou propondo que seja o Presidente, os Vice, o Relator e os Sub-Relatores, pra fazer uma proposta pra CPI. Não é todos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Amanhã, às 9h, todos os Deputados estão convidados a ir lá...mas é o Relator, o Presidente e todos os Deputados que quiserem ir lá...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, Deputado Mosconi.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É base do Governo, ele pode falar na frente. (Risos.)

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Não... Foi pela ordem, pela ordem de chamada, nobre Deputado Chinaglia. Sr. Presidente, quer dizer, na quinta-feira, então, nós teríamos a mesma programação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quinta-feira permanece a mesma programação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, esse Fernando não é da ALANAC, Presidente?

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Presidente, são seis audiências, Sr. Presidente. Não seria mais prático que a gente ouvisse apenas o Secretário de Saúde do Rio de Janeiro e nós deixássemos outros pra uma outra oportunidade? Porque, senão, nós vamos continuar na mesma coisa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É uma concorrência, Deputado Mosconi...eu quero ponderar a V.Exa.: é uma concorrência...

O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI - Eu queria dar objetividade ao nosso trabalho. E nós não vamos conseguir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas Deputado Mosconi, se esses laboratórios oferecerem... distribuidoras, medicamentos por até quatro por cento de cem por cento, nós vamos ouvir do Secretário qual é a técnica e o mistério dele de conseguir isso. E vamos ver os laboratórios como é que eles justificam isso. Então, nós vamos sendo objetivos. Decidimos rapidamente essa questão, Deputado Mosconi. Eu posso ponderar a V.Exa. que é um conjunto de idéias. Deputado Arlindo Chinaglia, tem V.Exa. a palavra. Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu queria...V.Exa. não esteve em São Paulo, como previsto, não era sua função, mas eu queria lembrar ao Sr. Relator que o Sr. Relator anunciou para a imprensa que hoje alguns requerimentos deveriam ser votados e decididos e...pela urgência. E

eu...o Sr. Relator já concordou... eu queria que o Sr. Relator talvez informasse ao Sr. Presidente, porque já há...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, eu peço escusa a V.Exa. que eu... eu tô sendo avisado que o Presidente tá sendo meio enérgico e que nós devemos terminar essa reunião rapidamente. Tem V.Exa. a palavra, pra concluir.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, veja: até pra que o Sr. Relator não seja cobrado ou qualquer um de nós que estivemos lá, nós temos que dar algum tipo de encaminhamento pra aqueles requerimentos que dizem respeito à cidade de São Paulo, na medida que foi lá uma pequena comissão, representando a CPI. O Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu sugiro... permite, Sr. Presidente? Eu sugiro que diante dessa polêmica de enxugar os depoimentos nós, amanhã, vamos avaliar se vale a pena chamar o Dr. Pagura, aqueles envolvidos, já que houve um fato novo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A CPI está refletindo sobre se deve ou não colher depoimentos. Certamente que vai dispensar o Dr. Pagura.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, Sr. Relator, apenas um aparte. O Ministério Público ficou de enviar documentos, que ainda não enviou, no caso de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu queria concluir. Veja... eu só quero encerrar. Veja: o Sr. Relator, com a habilidade que lhe é peculiar, ele...digamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...são dois habilidosos Deputados que se digladiam.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ...É. Ele avançou uma hipótese. Eu nem entendi que fosse uma proposta dele. O que tá sendo discutido, e amanhã vai continuar, é uma prioridade de requerimento. Acho que ninguém propôs acabar pura e simplesmente. Quer dizer, então, veja: portanto, amanhã acho que podíamos... até pra que... caso sejamos perguntados, amanhã serão analisados aqueles requerimentos que estão propostos, referentes ao Estado de São Paulo. E aí amanhã analisamos como fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Amanhã... amanhã à tarde, amanhã o Relator vai (*ininteligível*). Tem a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só pra lembrar que, no caso de São Paulo, tem um requerimento da CPI ao Ministério Público, que enviasse documentos a essa CPI, cujos documentos ainda não chegaram. E eu tive a liberdade, na condição de vice-Presidente, de assinar esse requerimento, pedindo o envio de documentos. Esses documentos não chegaram ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Tá, obrigado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero deixar absolutamente clara a minha posição. Eu estou em absoluto confronto com a visão que V.Exa. está tendo, neste momento, da CPI. Não vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é confronto com V.Exa., recorro ao Plenário, Deputado Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ...eu tenho tentado conciliar com V.Exa. Eu fiz um requerimento. A sessão vai acabar sem nenhuma decisão, a não ser uma avaliação...avaliação polêmica entre nós sobre os caminhos da CPI daqui pra frente, mesmo que para trás tenha algum consenso. Eu quero dizer que eu gostaria de ver o meu requerimento votado, senão hoje, amanhã no início da sessão, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Submeterei o requerimento de V.Exa. amanhã, no início da sessão. Entendeu, Deputado?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... porque não há possibilidade de fazer acordo da forma que V.Exa. tá propondo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, V.Exa. que não tá sendo conciliador, Deputado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Estou tentando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tenho ido ao encontro de V.Exa. com uma enormidade...e V.Exa. que não concilia. Ou vale o requerimento de V.Exa., ou...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, não, muito pelo contrário. Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu fiz ponderações, aceitei a convocação de V.Exa. pra amanhã, às 9h. Tamos reunidos amanhã, às 9h, e vamos tomar deliberações a partir dessa reunião das 9h, amanhã, com o

Relator, os Sub-Relatores e os Deputados que desejarem participar. Pedi aos Deputados que dessem sugestões, por escrito, sobre esse problema. Porque eu vejo que nós ficamos três horas aqui e nós... o que que eu ouvi? Depoimentos contraditórios do Plenário, nobre Deputado. Eu não vi unanimidade em nada. Eu não consegui o consenso...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA -... V.Exa. não ouviu o que os Deputados falaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ouvi tudo, com a maior atenção.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... todos os que falaram foram favoráveis à sucessão dos...todos, todos. V.Exa. não esteve na mesma reunião que eu estive, Sr. Presidente, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Certo. Tá bom.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, com licença, Sr. Presidente. Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem Deputado...V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Nós não já decidimos que amanhã, às 9h, estaríamos reunidos, para definir uma pauta de como nós vamos nos conduzir? Não foi votado isso aqui?V.Exa. vai botar pra votar agora ou já decidiu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, às 9h. Às 9h está convocada uma reunião de toda a Comissão, informal, na sala 129, pra dar seqüência a essa questão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Então, nós não precisamos mais discutir o que que nós vamos discutir na reunião. Não é verdade? Tá convocado pra isso. Pra que que nós vamos agora ficar num debate paralelo quando amanhã nós vamos decidir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá encerrada a reunião. A reunião informal amanhã e mantida a reunião de amanhã à tarde, às 14h.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Sr. Presidente, Sr. Presidente, ficou aquela questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... a questão de ordem de V.Exa. eu vou colocar... a questão... amanhã, a primeira hora da tarde.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Primeira hora da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E peço que justifique o requerimento, porque eu tenho realmente dificuldade, Deputado, em se tratando... de um requerimento... pra um desvio... não é função nossa, é um desvio de verba de medicamentos. Mas eu quero que V.Exa. justifique.

O SR. DEPUTADO LUIZ RIBEIRO - Nós vamos amanhã explicar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Amanhã, na primeira hora, nós colocamos, Deputado. Tá bom? Obrigado.